



ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO SINDICAL DE BASE

Módulo I – A Luta dos Trabalhadores no Brasil

Elaboração

Ana Paula Melli
Hélio da Costa
Lenir Viscovini

Colaboração nesta edição

Archimedes Felício Lazzeri

Foto da Capa

Roberto Parizotti

Projeto Editorial e Gráfico

M.Giora Comunicação

Impressão

Bangraf

Revisão

Luciana Moreira Branco

Tiragem

5 mil



Secretaria Nacional de Formação da CUT

Secretário

José Celestino Lourenço (Tino)

Coordenador

Martinho da Conceição

Assistente

Luci Fernandes Sales

Equipe de Assessores

Archimedes Felício Lazzeri

Marta Regina Domingues

Adriano Soares da Silva

Agradecimentos

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
UNICAMP





Índice

Introdução	5
I. Desigualdade e Exclusão Social: Marca da Formação da Sociedade Brasileira	6
O colonialismo, eis o início de tudo... ..	9
A exploração do trabalho e da vida do índio e do negro: A exclusão como prática	11
A persistência da exclusão	13
Conclusão	16
As raízes do passado na cultura política da sociedade brasileira	19
II. Momentos de Ruptura Política e Participação Popular	33
Independência do Brasil	36
Abolição da Escravidão	37
Proclamação da República	40
Estratégias de Participação Popular	41
Trabalho e Relações Sociais	44
III. História da Classe Trabalhadora no Brasil.....	53
Revolução Industrial e a Classe Trabalhadora	53
A formação da classe trabalhadora no Brasil	
e as primeiras lutas: Escravos, libertos e imigrantes	56
A primeira fase da industrialização brasileira, a classe operária	
e suas organizações	58
As lutas e as organizações operárias	60
A Revolução de 1930, o “Estado Novo” e o sindicalismo diante da	
estrutura sindical corporativista	65
Expansão Industrial, urbanização, sindicatos e a luta dos trabalhadores	
no campo e na cidade	70
O significado do Golpe Civil-militar de 1964	76





Introdução

A *Luta dos Trabalhadores* no Brasil, título deste caderno, é o ponto de partida do curso sobre Organização e Representação Sindical de Base – ORSB, que é uma das prioridades da estratégia do Plano Nacional de Formação de Dirigentes, um dos instrumentos concebidos como meio para o fortalecimento do Projeto Sindical da CUT, bem como para a ampliação da sua representação sindical a partir dos locais de trabalho.

Destinado ao primeiro módulo de ORSB, este caderno está organizado em três partes. A primeira aborda aspectos da *Formação da Sociedade Brasileira*, cujo objetivo é a problematização das raízes históricas de determinadas práticas e valores marcantes na formação da nossa sociedade e como são reproduzidos em nosso cotidiano. Trata-se de um esforço de compreensão crítica da desigualdade social no Brasil, de como ela foi se configurando na sociedade e, ao mesmo tempo, sendo “naturalizada”, ou seja, dada como natural, exterior à vontade humana.

Na segunda parte do caderno, “*As raízes do passado na cultura política brasileira*”, é apresentada uma análise de nossa cultura política, fortemente marcada pelo autoritarismo, presente nos locais de trabalho, nas instituições,

nas relações onde existe hierarquia, na privatização do espaço público e nas diferentes formas de linguagem e comportamento.

O caderno é finalizado com um quadro geral sobre a formação da classe trabalhadora, através das lutas e reivindicações, ou seja, *A História da Classe Trabalhadora no Brasil* do período localizado entre a *colonização escravista* e o *golpe militar de 1964*, quando é interrompido um ciclo de grandes mobilizações operárias e populares no Brasil, tanto no campo quanto na cidade.

A retomada das lutas com o surgimento do novo sindicalismo e a fundação da CUT será tratada no Módulo II, nele os princípios, valores, concepção e prática sindical da nossa central servem como mediação para que cada participante possa construir um plano do trabalho de base para sua entidade, tratado no Módulo III.

O objetivo da presente publicação é fornecer uma base teórica e conceitual que permita a necessária mediação entre os problemas estruturais da sociedade brasileira e os desafios do movimento sindical, ou seja, uma ferramenta a serviço da formação de dirigentes e contribua para o avanço das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras.

Saudações Cutistas e boa leitura!

Os Autores

Desigualdade e Exclusão Social:

Marca da Formação da Sociedade Brasileira

A todo o momento ouvimos em diversos espaços, sejam privados, sejam públicos, pessoas afirmarem que a sociedade brasileira é muito desigual, e alguns vão além, ao afirmar que ela é excludente. Mas, de fato, poucos são aqueles que param para analisar o porquê isso existe, ou melhor, por que a sociedade brasileira se caracteriza como sendo tão desigual e excludente. Muitos (no campo progressista) poderiam afirmar ser ela desigual porque vivemos numa sociedade capitalista; o que, obviamente, não estaria errado, já que toda sociedade regida pelo modo de produção capitalista gera em si as desigualdades entre os grupos/classes. No entanto, sem desconsiderar esse traço que nos coloca como um país capitalista, pretendemos nesse texto refletir sobre quais os elementos que caracterizam a formação do Brasil e quais as relações sociais, políticas, econômicas e culturais que marcam essa sociedade. Temos uma história que passa por vários períodos, e que vai consolidando a

forma de ser da sociedade brasileira. É o que podemos chamar de raízes ou heranças da construção do país, que se firmam no jeito de ser da sociedade, das quais parecemos ter grande dificuldade de superá-las, uma vez que se consolidam como cultura política, ou tradição cultural dominante.

Pensemos no seguinte, e comecemos por este ponto: são diversos os problemas sociais, econômicos, políticos que hoje fazem parte da vida do povo (trabalhador) brasileiro. Podem-se enumerar muitos, como por exemplo: a miséria e a fome, a violência, o preconceito e as discriminações sócio-culturais. Para falarmos apenas de alguns desses problemas, temos que refletir: milhões de brasileiros vivem na mais profunda miséria, a violência urbana assola as grandes metrópoles do país e na zona rural o conflito entre os sem-terra e latifundiários se faz presente nos noticiários, que não cansam de mostrar verdadeiros massacres realizados no campo. A educação de qualidade é privilégio



de poucos, o analfabetismo atinge índices constrangedores em pleno século XXI; as injustiças sociais e econômicas são enormes, o que configura um cenário de *apartheid* social. Além desses problemas, podemos também lembrar a imensa distância existente entre o espaço público e a vida do sujeito comum, trabalhador, que pouco ou nada participa da vida política do seu bairro, da sua cidade, do

seu país. A menção aos ideais de cidadania resume-se ao cumprimento das obrigações e dos deveres cívicos, como o voto, por exemplo, desconsiderando a necessidade da participação ativa junto ao poder público, que centralizado em gabinetes continua a fazer questão dessa distância que tem origens na forma como nos constituímos enquanto povo/país.

- *A partir da percepção do cotidiano das relações interpessoais e de poder, descreva no quadro abaixo o que te causa incômodo ou indignação, um problema.*

- *Indique também as origens ou possíveis causas desse problema.*

Problemas da Sociedade Brasileira	Causa / Raiz Histórica
<hr/>	<hr/>



Two columns of horizontal lines for writing, each containing 15 lines.

Esses e outros tantos problemas da sociedade brasileira, necessariamente, não devem ser considerados como problemas conjunturais, que dizem respeito aos dias de hoje, ou aos últimos tempos. As deficiências

sociais e econômicas que marcam a sociedade em que vivemos, em geral, são frutos da formação da sociedade brasileira, que funda uma dada cultura política. Mas, como se deu mesmo a formação da sociedade brasileira?





O colonialismo, eis o início de tudo...

“Para os que chegavam, o mundo em que entravam era a arena dos seus ganhos, em ouro e glórias. Para os índios que ali estavam, nus na praia, o mundo era um luxo de se viver. Este foi o efeito do encontro fatal que ali se dera. Ao longo das praias brasileiras de 1500, se defrontaram, pasmos de se verem uns aos outros tal qual eram, a selvageria e a civilização. Suas concepções, não só diferentes mas opostas, do mundo, da vida, da morte, do amor, se chocaram cruamente. Os navegantes, barbudos, hirsutos, fedentos, escalavrados de feridas do escorbuto, olhavam o que parecia ser a inocência e a beleza encarnadas. Os índios, esplêndidos de vigor e de beleza, viam, ainda mais pasmos, aqueles seres que saíam do mar.”

Darcy Ribeiro (O povo brasileiro)

Para entender o presente e pensar o futuro é imprescindível compreender o passado. Na tradição da esquerda se diz que as mazelas de hoje dizem respeito ao que foi plantado lá atrás, não só nas ideias, atitudes e valores das elites, mas, sobretudo, nas escolhas que são marcas das desigualdades sociais e regionais. Portanto, trata-se de uma herança que não diz respeito apenas à questão econômica, pois a dinâmica política que se instalou na formação de sociedade contribuiu diretamente para a conformação das desigualdades e assimetrias da nação e do estado brasileiro. Assim, economicamente e culturalmente, o Brasil se constitui enquanto sociedade e se moderniza carregando as marcas decorrentes da colonização, do escravismo e do patrimonialismo, acumulação de terras, propriedades e de liberdade dos proprietários diante do estado, cultura política que permanece na economia e na política da sociedade brasileira,

como explica o advogado e jurista Raymundo Faoro no livro “Os donos do Poder”.

Como colônia de Portugal e mais tarde como nação dependente dos países do “primeiro mundo”, o Brasil se desenvolveu na periferia do capitalismo central europeu, mantendo a forte relação de dependência econômica e cultural das nações de perfil imperialista.

Dependência e dominação, riqueza e pobreza são faces de uma mesma moeda, da relação entre periferia e centro do capitalismo. Lembremos que no período colonial nenhum país europeu ou americano tinha as riquezas que havia aqui; ninguém tinha, por exemplo, uma cidade como Ouro Preto em Minas Gerais, riquíssima em metais preciosos. Pelo clima e solo propícios à produção de açúcar e pelas riquezas minerais, o Brasil torna-se uma das mais produtivas colônias de exploração e também aquela que mais fez



uso do trabalho escravo, tanto em número de homens e mulheres trazidos da África quanto em anos de exploração do trabalho forçado.

Os países europeus viviam nesse momento (séculos XV, XVI) a expansão dos seus mercados, (mercantilismo) queriam conquistar novas terras para adquirir produtos primários para a manufatura, além é claro da busca pelos metais preciosos. Isso porque, assim determinava os interesses da burguesia mercantil metropolitana (portuguesa). Predominava no sistema colonial uma estrutura produtiva pouco diferenciada, periferia (colônia) subordinada ao centro (metrópole), economia dependente. A economia colonial organiza-se, pois, para cumprir uma função: a de instrumento de acumulação primitiva de capital. (Mello, 1989, p. 39) Essa economia colonial deveria estabelecer mecanismos capazes de ajustar a exploração de tal modo o resultado alcançado com o excedente de tudo que era produzido se transformasse em muito lucro na comercialização com o mercado internacional, além da criação de mercados coloniais para o escoamento de parte da produção da metrópole, portanto, uma dupla exploração nas relações de troca, tanto na aquisição dos produtos coloniais quanto na venda de produtos às colônias.

Assim, para que esses objetivos fossem alcançados, a economia colonial foi estruturada a partir da exploração do trabalho compulsório, servil ou escravo, uma escolha que atendia às necessidades de Portugal, mas que impedia o desenvolvimento do Brasil colônia.

Basta lembrar que, além de prover todo o luxo da corte portuguesa e de sua nobreza, foi o trabalho escravo da mineração no Estado das Minas Gerais que possibilitou, dentre outros investimentos, a reconstrução da cidade de Lisboa depois do terremoto de 1º de novembro

de 1755, registrada apenas como obra do Marquês de Pombal, primeiro ministro do Reino de Portugal e responsável pela criação da derrama no Brasil, um imposto criado em 1765 que permitia às autoridades coloniais cobrarem a quantia faltante do quinto real, ou seja, o complemento da meta de arrecadação estipulada pela coroa portuguesa.

Mas, para historiadores e geógrafos, existiram duas importantes categorias de colônias no continente americano, as colônias de exploração, como o sul dos Estados Unidos, as ilhas do caribe e grande parte do Brasil, e as colônias de povoamento, como o Canadá, o norte dos Estados Unidos, Argentina, Chile e o sul do Brasil, hoje Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A distinção dessas duas formas de ocupação colonial leva em conta o solo, o clima e a presença ou ausência de metais preciosos. Ou seja, as regiões de clima e solo semelhantes aos da Europa foram ocupadas com a transferência de colonos europeus que viriam para ocupar a terra conquistada e constituir uma sociedade semelhante à do país colonizador. Porém, nas regiões onde havia condições para o plantio de algodão, cana de açúcar, além do ouro, prata e pedras preciosas, no lugar de colonos o que prevaleceu foi a exploração colonial com trabalho escravo e concentração da propriedade da terra e, conseqüentemente, do poder dos "coronéis".

Foi essa forma de exploração que alimentou a empresa colonial, grande produtora da riqueza da metrópole, fundada na minimização do custo de reprodução da força de trabalho, ou seja, na opção pelo escravismo, primeiro com a mão escrava do índio, depois com um grande contingente de negros trazidos à força, provenientes de diversas regiões do continente africano.



A exploração do trabalho e da vida do índio e do negro: A exclusão como prática

A escravização dos indígenas catequizados pela igreja *em nome de Deus e do Rei*, mais rentável que a compra e transporte dos escravos africanos, ao longo do tempo se tornou inadequada ao empreendimento colonial.

As inúmeras doenças adquiridas no contato com o europeu e a resistência à cultura imposta pelo branco colonizador não produziram os resultados esperados pela coroa portuguesa. Para os índios que ocupavam esse território, a vida era uma tranquila fruição da existência, numa comunidade solidária em um ambiente generoso, como diz Darcy Ribeiro:

“uma mulher tecia uma rede ou traçava um cesto com a perfeição de que era capaz, pelo gosto de expressar-se em sua obra, como um fruto maduro de sua ingente vontade de beleza; jovens, adornados de plumas (...) engalfinhavam-se em lutas desportivas de corpo a corpo, em que punham a energia de batalhas na guerra para viver seu vigor e sua alegria.” (Ribeiro, 1995, p. 47)

Para os portugueses, ao contrário, a existência humana era determinada por obrigações voltadas para o trabalho subordinado ao lucro, valores que deveriam ser assimilados pelos nativos.



Os instrumentos de ferro de “castigos e penitências” usados para punir e submeter os escravos: algemas, palmatórias, gargalheiras (espécie de coleira presa ao pescoço do cativo), etc.

Acervo do Museu Histórico Nacional,
Rio de Janeiro

Do confronto entre europeus com armas, epidemias e subjugação, de um lado, e indígenas com arco e flechas sem imunidade às novas doenças, do outro, o resultado foi a dizimação



em massa dos povos que, por milhares de anos, ocuparam uma extensa faixa de terra ao longo do nosso litoral. A estimativa aponta que cerca de 3 milhões de vidas indígenas foram eliminadas apenas nos dois primeiros séculos de ocupação colonial. As poucas tribos que sobreviveram nessa área permaneceram ilhadas em territórios ocupados por populações rurais, sofrendo um importante processo de perda de sua cultura.

Assim, com a escravidão indígena, predominante nos séculos XVI e XVII, somada à escravidão do negro, o Brasil contabiliza uma história de mais de 350 anos de trabalhos forçados, que fizeram do Brasil a mais importante colônia portuguesa, a que mais riqueza transferiu à Portugal e uma das mais produtivas do mundo, mas que deixou uma herança perversa expressa nas desigualdades sociais e regionais que precisam ser superadas para que um novo modelo de desenvolvimento seja possível.



Foto: Divulgação

Zumbi dos Palmares

O que tem sido apontado como herança positiva por muitos historiadores é uma outra face dessa ocupação, qual seja, a miscigenação entre brancos, índios e negros, que está na base da formação do povo brasileiro. Primeiro a partir da relação entre os senhores da casa grande e as mulheres negras da senzala. Depois, em várias regiões do país, entre índios e negros que trabalharam lado a lado como escravos dos engenhos de açúcar, fazendas de café, das minas de ouro.

Entretanto, como bem sabemos, apesar da intensa miscigenação ocorrida já no período colonial, os trabalhadores ainda sentem a forte presença do preconceito e da discriminação, uma marca das elites políticas e econômicas do país, desde os primeiros colonizadores até hoje, passando pelos republicanos e liberais paulistas do século XIX, que afirmavam o ideal liberal trazido da Europa, ao mesmo tempo em que deixavam de lado, de modo conivente, a questão da escravidão. Como afirmava Luiz Gama, advogado e destacado militante da causa abolicionista, *sem um amplo movimento de revolta popular, o meio político saberia manter a escravidão até o extremo limite do seu esgotamento.*¹

Ou ainda como escreveu Darcy Ribeiro, ao afirmar que nenhum povo que passasse por essa rotina de vida, através de séculos, poderia sair dela sem as marcas deixadas dessa experiência vivida. Dizia ele:

“Todos nós brasileiros, somos carne da carne

¹ Luiz Gama, *Herói do Povo Brasileiro*, in Fábio Konder COMPARATO. Artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo em 15/05/2007.



daqueles negros e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que

também somos. (...) A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista.” (Ribeiro, 1995, p.120)

A persistência da exclusão

Do outro lado da opressão a resistência de escravos, libertos e dos verdadeiros abolicionistas, tal como Luiz Gama. Porém, apesar do desprendimento desses militantes da causa abolicionista e dos milhares de líderes negros como Zumbi, organizando a resistência nos quilombos e a luta pela libertação de escravos, é preciso lembrar que o processo de abolição da escravatura permaneceu sob controle dos proprietários de escravos e de seus representantes no parlamento.

Portanto, não foi um ato isolado que encerrou a escravidão, tal como a Lei Áurea em 13 de Maio de 1888, mas um processo com múltiplas determinações, expresso tanto nas ações de resistência individual ou coletiva dos negros organizados quanto na pressão econômica decorrente dos interesses econômicos da Inglaterra. O aspecto jurídico

constitui apenas parte da história, ou seja, de um conjunto de leis que se sucederam para que a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado não saísse do controle dos proprietários de terra, engenho e minas.

Um bom exemplo dessa transição sob controle dos donos de escravo foi a Lei do Ventre Livre, de 1871. Porém, na prática, os filhos de escravas, nascidos na vigência dessa lei, tinham que ficar até os 21 anos de idade nos domínios do dono de seus pais. Outro exemplo foi à promulgação da Lei do Sexagenário, que previa a libertação dos escravos negros que tivessem mais de 60 anos e ao mesmo tempo, exigia desse escravo idoso mais três anos de trabalho gratuito ao senhor, como forma de indenização.

Essa postura conservadora das elites proprietárias provocou a divisão dos



aboliconistas em duas correntes importantes, a que propunha a abolição lenta gradual e pacífica, ligada ao jornal A Província de São Paulo, e a corrente radical, com o advogado e ex-escravo Luiz Gama à frente, que defendia o levante dos escravos contra os seus senhores, ao mesmo que atuava nos tribunais, onde contabilizou a libertação de mais de 500 escravos a partir de processos judiciais.

Com o fim do processo de abolição da escravidão, sem participação dos quilombolas e dos abolicionistas comprometidos com os direitos civis, termina a exploração através de trabalhos forçados e tem início a mais perversa exclusão social, como aponta o trabalho do pesquisador Andreilino Campos, *“Do quilombo à favela- A produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro”*².

A formação dos primeiros núcleos de favelas nas grandes cidades, como Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo coincide com o processo de abolição da escravatura. Segundo alguns estudos, a “liberdade” do negro não foi acompanhada de oportunidade de acesso a terra, ao contrário, os ex-escravos foram proibidos por Lei de ter propriedades rurais.

Para os senhores de terra e escravos e para as elites políticas da época, se tratava de virar a página da história, como se isso fosse possível. Pelo menos é o que indica a total ausência de políticas de integração do negro na sociedade e na vida econômica do país e o



Foto: Divulgação

Luiz Gama

seu confinamento nas periferias das cidades. Ou seja, nenhuma indenização, nem acesso à educação ou formação profissional e muito menos acesso a terra ou à moradia. Portanto, mais que um processo de exclusão social pode-se falar também em exclusão étnica ou racial.

Porém, nem mesmo os mais conservadores deixam de reconhecer que essa parcela da nossa população, mesmo sofrendo o que sofreu, influenciou e continua influenciando a cultura brasileira, ou seja, que a presença cultural da população negra foi e é decisiva na formação da identidade do povo brasileiro.

Para Darcy Ribeiro, os africanos mergulharam tão profundamente e de

² Andreilino Campos é professor da UERJ e autor do livro *“Do quilombo à favela – A produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro”*, Ed. Bertrand Brasil



maneira tão inventiva na construção do Brasil que deixaram de ser eles, para se fazerem nós, os brasileiros. (Ribeiro, 1995).

Para os ideólogos, do campo conservador, o reconhecimento da influência cultural dos negros não significa o reconhecimento da dívida social pelos anos de trabalho forçado.

Apenas serve para reforçar o que é chamado de ideológica da democracia racial, para enaltecer a unidade/harmonia entre as classes e etnias, a perfeita integração dos povos, sem qualquer menção à exclusão a que foram submetidos homens e mulheres que fizeram a riqueza das elites oligárquicas.

Em sua opinião, as elites econômicas e políticas conseguiram apagar as marcas da escravidão no Brasil?

Indique quem são os excluídos de hoje na sociedade brasileira. Por que isso acontece e quais medidas contribuiriam para o acesso dessa população aos direitos humanos plenos?





Conclusão

Exploração e exclusão, primeiramente com o indígena e depois com o negro, constituem a gênese da formação social brasileira, cuja essência se mantém em relação aos imigrantes europeus que viriam a substituir os escravos nas fazendas e nas cidades, pois, mesmo em regime de assalariamento, persistiam as relações de semi-servidão, prática a que estavam acostumados os antigos proprietários de escravos, avessos a qualquer forma de regulamentação da jornada, condições de trabalho e remuneração.

As relações de trabalho no Brasil, seja na economia agro-exportadora, seja na indústria, vão reproduzir e reafirmar essa raiz firmada no mando-obediência, alimentando a tradição cultural dominante, onde direitos não se consolidam. A construção da cidadania democrática e republicana como elementos fundamentais do processo de desenvolvimento econômico, político e social do país, demora a se completar.

NoséculoXX,registramosmaiscontinuidades que rupturas com o passado colonial e escravocrata, mesmo com toda resistência e lutas sociais de índios, negros e imigrantes, tanto de forma organizada, com ações diretas de enfrentamento ao conservadorismo quanto no cotidiano das relações sociais.

Como diz Marilena Chauí, essa resistência tem uma dimensão objetiva e outra subjetiva, através

de *“um conjunto de práticas, representações e formas de consciência que possuem lógica própria (o jogo interno do conformismo, do inconformismo e da resistência), distinguindo-se da cultura dominante exatamente por essa lógica de práticas, representações e formas de consciência.”* (Chauí, 1986, p. 25)

Mas, essa herança colonial ainda não foi extirpada das relações sociais, incluindo nelas as relações de trabalho. Vale lembrar que até poucos anos atrás muitas empresas, da construção civil às multinacionais de automóveis, usavam o termo FEITOR para se referir a um trabalhador designado para comandar e controlar o trabalho dos demais, os peões. Dá para imaginar o tipo de relações de trabalho praticadas nesse ambiente, onde o negro e os não escolarizados não se veem nos postos de comando e decisão.

É importante lembrar que o mito da democracia racial começa a ruir somente após a conquista de políticas afirmativas, como o reconhecimento e denúncia da gritante diferença social entre negros e brancos, mesmo depois de 120 anos da assinatura da Lei Áurea. A distância que separa a população negra do acesso à educação, renda e bens culturais tende a diminuir com a aprovação do estatuto da igualdade racial, da política de cota nas universidades, do acesso a terra e da visibilidade e reconhecimento da história e da cultura negra.



Até então, as desigualdades sócio-econômicas foram naturalizadas pelas elites e seus ideólogos. Na ideologia da igualdade racial, as diferenças sociais são explicadas pelos atributos naturais de cada indivíduo ou do esforço de uns e acomodação de outros. Um discurso que não faz menção aos mais de 300

anos de escravidão e exclusão.

No discurso conservador o que prevalece é o que está na Lei, e na Lei somos todos iguais, com os mesmo direitos, portanto, a diferença entre seres humanos sempre existiu e sempre existirá. É natural que seja assim, certo?

Dê sua resposta. É mesmo natural que seja assim?

O que mais aparece como “natural” nesse discurso das elites que te causa desconfiança?



Para saber mais:

- **RIBEIRO**, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- **MELLO**, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- **NOVAIS**, Fernando A. *Sistema Colonial, Industrialização e Etapas do Desenvolvimento*.
- **CHAUÍ**, Marilena. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- **CHAUÍ**, Marilena. *Brasil, Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- **LEAL**, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Ômago, 1975.
- **MARANHÃO**, Ricardo. (org.). *Brasil História, Texto e Consulta (República)*. São Paulo: Hucitec, 1989.

As raízes do passado na cultura política da sociedade brasileira

*“Minha terra tem palmeiras onde sopra o vento forte
Da fome com medo muito principalmente da morte
Aqui é o fim do mundo”*

Gilberto Gil e Torquato Neto

Um país com tanta riqueza, tendo grandes literatos, repleto de criatividade de seu povo, com grandes cidades, não encontra um lugar para a maioria da população que vive na exclusão. Isso porque como vimos, desde o descobrimento, a riqueza produzida no Brasil

nunca serviu para o seu povo, as camadas populares, ela só existiu para o mercado mundial. Foi para o mercado mundial capitalista que a carnificina se fez presente desde o início da descoberta, como um moinho de matar gente; moendo milhões de índios e depois



milhões de negros. Esse foi o projeto da classe dominante no Brasil. E vejamos que, mais uma vez insistimos, a desigualdade e exclusão de ontem se fazem presentes hoje nas grandes periferias das cidades e nos sertões do país.

No âmbito da sociedade escravocrata, os homens livres e pobres, sujeitos ao favor dos senhores proprietários de terras e de engenhos, viviam à sombra de suas dádivas. Essa cultura política que se criou, sobreviveu ao domínio privado das fazendas e engenhos coloniais, sobreviveu à abolição da escravatura, expressou-se no compromisso coronelista (república) e chegou até os dias atuais.

Conforme vimos também, a sociedade brasileira nasce centrada em relações sociais profundamente desiguais, nas quais o outro, não se constitui como sujeito, nem como

sujeito de direito, foi assim com o índio, com o negro, com o imigrante e continua sendo com as camadas populares da sociedade brasileira atual, que não por acaso, continua sendo em sua imensa maioria os descendentes dos negros da senzala e dos índios massacrados. Conservando as marcas da sociedade colonial escravista ou da cultura senhorial, a sociedade brasileira vai reproduzir a herança recebida; nela a relação é entre um senhor ou superior que manda, e um inferior, que obedece; um país onde "ou bem se manda, ou bem se pede". (Sales, 1994, p. 27) Essa cultura política do mando e da obediência, que beira a subserviência, chega a nossa república substituindo os direitos básicos de cidadania, que não foram concedidos pelo liberalismo que aqui apareceu no final do século passado (com a República) e que até hoje não se constituiu no país.

*Que ditos populares ou fatos podemos destacar para herança dessa relação entre Senhor/Escravo ou Mando/Obediência, tal como **MANDA QUEM PODE, OBEDECE QUEM TEM JUÍZO** (nas relações de trabalho, de gênero, raça, etc.)*

Mando-obediência

Fatos na sociedade



As diferenças existentes em qualquer sociedade são transformadas aqui, em profunda desigualdade, reforçando as relações de mando-obediência. Persiste uma cultura política, na qual as relações entre os que se definem como iguais são de compadrio, parentesco, cumplicidade, e entre os que são vistos e tidos como desiguais (inferiores). A relação social passa a ser a do favor, do clientelismo, da tutela; aqueles que mandam, mantêm os demais sob sua batuta ao realizar favores para aqueles que nada têm. Ao invés da busca pelo direito, a busca é para que o pedido de algo seja atendido por quem de fato manda na casa, na cidade, no país, como se isso fosse algo profundamente natural. Como se houvesse a necessidade da existência de um grande poder patriarcal. Não esqueçamos também que, quando essa desigualdade é muito acentuada, e principalmente quando o outro lado resiste, a relação social toma a forma nua e crua da opressão, da tortura física e psíquica; tudo em nome da segurança e do bem estar de todos e do país. As divisões de classe, de gênero, de raça, são escamoteadas pela ideia (mito) da nação de um só povo, una, não dividida. Uma sociedade que se fez e que se faz com relações sociais profundamente autoritárias, paternalistas e clientelistas.

As relações que prevalecem em nossa sociedade, não são aquelas públicas fundadas nos direitos conquistados, mas sim, relações privadas (herança do mando e da obediência colonial), o que dificulta a luta pelas conquistas sociais e econômicas. O espaço público é sempre tomado pelos grupos que detêm o poder, aos demais restam ou pagar pelos serviços (privatizados) ou ser excluído por não ter recursos. Para os que mandam a lei é sempre privilégio, para os que obedecem, as camadas

populares, a lei é repressão. (Chauí, 2000, p. 90) Para compreender isso, basta pensarmos nas pesquisas que mostram quem é a população carcerária do Brasil na atualidade: negros, pobres, jovens, semi-analfabetos ou analfabetos. A lei é severa para aqueles que não podem pagar para fugir do cárcere. No Brasil, as cadeias separam os presos pelo grau de instrução, o que é uma clara evidência da naturalização da desigualdade.

Há também em nossa sociedade, uma indistinção entre o público e o privado. Persiste entre nós, fruto da herança histórica da colônia, o domínio do privado sobre aquilo que é público. Vejamos que as terras coloniais, conquistadas pelo Rei de Portugal eram doadas aos particulares (capitanias hereditárias) que sob o domínio da burocracia portuguesa administrava os seus interesses particulares e os da Coroa. Essa relação tão comum em nossa sociedade é a forma de realização da política e de organização do Estado em que os governantes são verdadeiros “donos do poder”, que estando nessa posição vão manter relações pessoais de mando, clientela, favor, tutela com os demais sujeitos. Levando em consideração os direitos dos sujeitos, há um encolhimento do espaço público em detrimento dos interesses econômicos privados. (Cf. Chauí, 2000) Devemos considerar que todo tipo de tutela, proteção, favor, mandonagem (raízes do passado colonial e do coronelismo republicano) vêm ocupar o lugar de direitos civis inexistentes nas bandas de cá. Isso implica em admitir que as relações sociais no Brasil se estruturam sem a mediação dos direitos, de tal modo que continuam a ser regidas sem limites pelo poder privado, sempre entre o favor e a violência, na recusa do reconhecimento do outro como sujeito portador de direitos sociais.



Vimos até aqui como acontecem as relações sociais entre o público e o privado em nossa sociedade, ou seja, como há uma privatização do espaço público. Reflitamos então sobre como o poder privado define as relações de trabalho, a vida na cidade e no país.





Sob o manto da cultura do Brasil Colônia, as divisões sociais são naturalizadas em desigualdades concebidas como inferioridade natural de alguns grupos/pessoas, como por exemplo, no caso dos trabalhadores pobres, das mulheres, dos negros, dos índios. As diferenças, importantes em qualquer vida social, não são respeitadas, como as de gênero, étnicas e sexuais (homossexuais), permitindo de maneira explícita toda a forma de violência que na maioria das vezes, se quer, são percebidas como algo brutal pela sociedade; as diferenças são transformadas em desigualdades.

Podemos dizer que em nossa sociedade ocorre uma naturalização dos fenômenos sociais, é como se tais fenômenos não fossem criados/produzidos pelo homem (produção cultural). Dizer que alguma coisa é natural, significa dizer que esta coisa existe independentemente da ação e intenção dos seres humanos. Vejamos que, em nossa sociedade, a pobreza/miséria é por muitos, naturalmente justificada (“é assim mesmo desde que o mundo é mundo, ou porque “Deus quis assim”), como se não fosse criação cultural dos homens que sob determinadas relações sociais e econômicas promovem a desigualdade social.

Que tipo de preconceito e discriminação social e cultural, fortemente construídas em nossa sociedade, poderíamos citar. Por que as diferenças (gênero, étnicas...) em nossa sociedade transformam-se em desigualdade?



Como se vê, os problemas que enfrentamos hoje não são problemas de conjuntura, pois suas raízes estão no passado colonial, portanto, são problemas estruturais que dizem respeito à forma como se consolidou o Estado e a República brasileira.

São essas as raízes históricas que contribuíram para a formação da sociedade brasileira, nas suas diversas dimensões, econômica, política e cultural. Os problemas apontados no início do texto são parte dessa engrenagem montada no passado, mas que ainda persiste apesar dos avanços recentes.

Que novos movimentos sociais você destaca na trajetória recente das lutas dos trabalhadores no Brasil?

Que direitos esses movimentos consolidaram e que novos direitos foram conquistados nos últimos anos da luta pela democratização do nosso país?



Para saber mais:

- **CHAUÍ**, Marilena. *Brasil, Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- **FAORO**, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1989.
- **SALES**, Teresa. *Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira*. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), 1994.

Indicação de filmes:

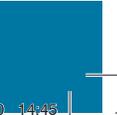
- O Povo Brasileiro. Documentário Produzido pela TV Cultura da Obra de Darcy Ribeiro. Brasil.
- Deus e o Diabo na terra do sol – Glauber Rocha. Brasil, 1964.
- Quanto vale ou é por quilo – Sérgio Bianchi. Brasil.
- Vidas Secas. Nelson Pereira dos Santos. Brasil, 1963.

Indicação de Romances/Literatura:

- São Bernardo. Graciliano Ramos.
- Os sertões. Euclides da Cunha.



Lined writing area consisting of 20 horizontal lines.



II

Momentos de Ruptura Política e Participação Popular

Vimos que uma das marcas da nossa sociedade é autoritarismo que se expressa sob várias formas no nosso cotidiano.

De que forma viver as práticas autoritárias influencia nossas vidas, tanto nos espaços

públicos (nos local de trabalho, na participação na vida política, cultural de nossas cidades) como nos espaços privados (em casa, nas relações com os filhos, nas relações com maridos e esposas, nas relações com quem nos presta algum tipo de serviço)?

Há várias formas de expressão do autoritarismo que são praticadas e reproduzidas pelas pessoas, você conhece algum ditado popular que tenha esta característica, que signifique uma relação autoritária e desigual?







A partir de meados dos anos 70, os movimentos sociais em geral começam a se mobilizar contra o custo de vida e o arrocho salarial, rapidamente essas mobilizações se transformam num amplo movimento de massa contra a ditadura militar. A luta contra a ditadura e pela democratização do país envolveu homens e mulheres do campo e da cidade, unindo amplos setores da sociedade que se aglutinaram pela conquista da democracia em nossa sociedade.

A participação popular na redemocratização do país tingiu a sociedade de práticas participativas e mobilizadoras que não estavam previstas no processo de abertura lenta e gradual planejada pelos militares com o apoio da elite civil conservadora. Um dos momentos de maior vibração da sociedade no processo de luta contra a Ditadura foi a Campanha pelas “Diretas Já”, em 1984, que mobilizou milhões de brasileiros com a realização de comícios gigantescos em todo país. A derrota da campanha pelas “Diretas Já” causou um enorme sentimento de frustração na sociedade brasileira, porém essa frustração reforçou a convicção por parte da sociedade civil, de que era fundamental a continuidade do processo de mobilização e organização para que a democracia pudesse incorporar suas demandas, além disso, era fundamental que os movimentos sociais reforçasse suas organizações (partidos, sindicatos, associações) a fim de que pudessem fortalecer e ampliar a disputa de hegemonia na sociedade, na perspectiva de construção de uma alternativa real de poder frente aos setores conservadores da sociedade.

No final dos anos 80, tivemos um importante acontecimento no Brasil, que foi a Constituição

de 1988. Este fato na vida política brasileira marca uma nova fase para a participação popular (do povo, das pessoas que não têm acesso aos cargos de poder público), pois há neste momento um reconhecimento das demandas sociais e das organizações populares em torno de temas importantes para a vida de qualquer cidadão (como a saúde pública, educação pública, espaços de participação institucionais etc.).

Mas, para chegarmos às conquistas desta Constituição, tivemos muitas histórias de luta e de enfrentamento com os governantes (representados pelos que sempre dominaram o poder político em nosso país e tinham interesses em manter o Brasil de forma desigual). Vamos voltar um pouco no tempo e resgatar alguns momentos das lutas do povo brasileiro em determinados momentos da conjuntura política do país.

Mas, quais foram as mudanças que aconteceram no Brasil desde que a família real portuguesa veio para cá (em 1808), quando o Brasil ainda era uma das colônias de Portugal?

Na verdade, foram muitas as mudanças que aconteceram, vejamos algumas: Na verdade, foram muitas as mudanças que aconteceram, vejamos algumas:

- O Brasil deixou de ser colônia de Portugal e se tornou um país independente (que tem a data oficial marcada em 7 de setembro de 1822).
- Fim da escravidão (que tem a data oficial marcada em 13 de maio de 1888).
- O Brasil deixa de ser um Império e passa a ser uma República (data oficial 15 de novembro de 1889).



Independência do Brasil

A independência do Brasil em relação à dominação de Portugal significou mudanças para a chamada aristocracia rural, que eram os grandes donos das terras brasileiras, proprietários de escravos e defensores da monocultura do café para a exportação.

Podemos dizer que nesta época (1822 a 1889) havia basicamente três grupos de interesses entre os aristocratas rurais: os da região sudeste (que plantavam o café); os do nordeste (que plantavam cana de açúcar e algodão) e os do sul do país (que cultivavam gado). O debate estabelecido entre os grupos era em relação aos impostos que tinham que pagar para Portugal e como iriam se sobrepor um em relação ao outro.

Mas, nenhum dos grupos de interesses rural colocou em questão a necessidade do fim da escravidão, pelo contrário, queriam manter o sistema escravista como modo de produção. Além disso, o tráfico de escravos se mostrava ainda extremamente rentável para os traficantes. A manutenção estava associada à permanência da economia baseada numa só produção agrícola, a monocultura, que exigia grandes extensões de terras concentradas, com poucos proprietários.

Este momento de ruptura política, a Proclamação da Independência, teve então interesses destes grupos dominantes, e o projeto de Nação que foi construído estava limitado aos

seus interesses. Não havia naquele momento nenhuma intenção de mudar as relações sociais, o sistema de trabalho ou o modo de produção. A primeira opção da elite não era romper politicamente com Portugal, inclusive com um parlamento único com representantes do Brasil e Portugal, queriam apenas autonomia financeira. A segunda opção era o rompimento com Portugal sob regime monárquico e a última opção seria o rompimento político com Portugal e a instauração de um regime republicano.

Como sabemos a segunda opção foi a escolhida pela elite. Foi a atitude dos representantes da nobreza e da burguesia da cidade do Porto buscando restabelecer a condição colonial, que fez pender a balança para a separação e a única opção da elite vinculada aos interesses da Colônia foi proclamar a independência. Porém, a fizeram da forma mais branda possível através de negociações políticas e não através de uma guerra declarada que pudesse envolver as camadas populares, por isso a opção pela Monarquia e por D. Pedro I.

Proclamar a República era tido como um gesto muito ousado pela nossa elite, pois havia um temor quase indisfarçável de que a república levasse a fragmentação do país e à guerra racial levando-se em conta que a escravidão era a base da economia e que os escravos compunham quase um terço da população.



Para saber mais:

- **COSTA**, Emilia Viotti da Costa. *Da Monarquia à República – momentos decisivos*. São Paulo, Editora Livraria Ciências Humanas Ltda, 1979.
- **CARVALHO, JOSÉ** Murilo de. *Pontos e Bordados - Escritos de História e Política*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

Abolição da Escravidão

Outro momento de ruptura política, ainda no século XIX, foi o fim da escravidão como forma de exploração do trabalho. Já em 1850, quando uma lei proibiu trazer os escravos africanos para o Brasil (e quem fiscalizava era a Inglaterra, que afundava os navios negreiros, causando grande prejuízo financeiro aos traficantes de escravos, financiados por aqueles aristocratas rurais).

Para os ingleses, interessava muito acabar com a mão de obra escrava e implementar o trabalho assalariado, ou seja, uma relação capitalista. Depois de terem por um longo tempo acumulado capital com o tráfico de escravos no século XVII e XVIII, os ingleses pressionavam o governo brasileiro para acabar com a escravidão para que houvesse mercado para aquisição de seus produtos manufaturados.

O que o famoso ditado popular “para inglês ver” tem a ver com esta época?



Blank lined paper for notes.





Temos então uma pressão externa (da Inglaterra) para se acabar com a escravidão no Brasil, o que representaria um forte abalo financeiro para a aristocracia rural, que tinha na mercadoria “escravos” sua principal riqueza, já que nesta época, as terras não tinham valor financeiro. Além do próprio interesse dos traficantes de escravos que obtinham altíssimos lucros como esse tipo de “negócio”.

Mas, também em 1850, outra lei foi promulgada, a chamada “Lei de Terras”. A partir desta lei, a terra se transforma em propriedade imobiliária, ou seja, poderia ser comprada e vendida e somente através da compra alguém poderia tornar-se proprietário de terras, o que inviabilizou o acesso à propriedade dos imigrantes europeus que estavam chegando ao Brasil e futuramente também dos ex-escravos. Assim, de um lado mantinha-se a hierarquia social (favorecendo e privilegiando a aristocracia rural) e, do outro, abriam-se possibilidades de organizar o país para o fim da escravidão.

Entre 1850 e 1888 foi o período de adaptação para os fazendeiros, que procuraram combinar dois movimentos simultâneos: prolongamento ao máximo da manutenção da escravidão, por um lado, com a substituição gradual da mão de obra escrava através de uma política de imigração de trabalhadores europeus, por outro lado.

Com este momento de ruptura no sistema de organização do trabalho no país, os milhões de trabalhadores negros, ex-escravos foram jogados à própria sorte, sem terras para trabalhar (todas já tinham donos), sem experiência de vida nos centros urbanos, mas com grande ânsia de liberdade.

E os que moravam nas cidades, com o processo de urbanização e modernização, foram gradualmente sendo expulsos para periferia ou para os morros. Esta ruptura em nossa história não teve nenhum significado para a superação das desigualdades sociais entre brancos e negros. Nem a abolição significou liberdade para os ex-escravos.

O Partido Republicano Paulista, fundado em 1873, nunca se engajou firmemente na campanha abolicionista e no seu manifesto de fundação não há uma linha se quer referente à necessidade de extinção da escravidão. Por mais paradoxal que pareça, a abolição não foi associada à República, ou dito de outra forma, o movimento abolicionista não caminhou na mesma fileira do movimento republicano. Ao contrário, afastada das elites e do próprio jogo político, a monarquia ganhou, por caminhos tortuosos, uma nova representação e inaugurou uma maneira complicada de lidar com a questão dos direitos da cidadania. Conforme observa Lilia Shwarcz, (2007p.26):

“Como se fossemos avessos à representação da violência e da luta, no Brasil a Abolição foi entendida como uma dádiva, um presente que merecia atos recíprocos de obediência e submissão. Aos escravos recém-libertos só restava, pelo menos na visão das elites, a resposta servil e subserviente, reconhecedora do tamanho do “presente” recém-recebido. Diferentemente, dessa maneira, do processo vivenciado em outros países, onde a libertação foi absorvida como uma conquista, aqui ela representou continuidade e reposição de hierarquias que, de tão assentadas, pareciam legitimadas pela própria natureza”.



Para saber mais:

- **CUNHA**, Olívia Maria Gomes da e **GOMES**, Flávio dos Santos. *Quase cidadão – histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 2007.
- **MENDONÇA**, Joseli Nunes. *Cenas da Abolição*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

Proclamação da República

Com o fim da escravidão, não havia mais sentido em manter a monarquia, o seu papel já estava cumprido e a aristocracia podia exercer seu poder sem nenhum tipo de disfarce. A proclamação da República, que transformou o Brasil do regime de governo monárquico para o republicano, foi sem dúvida a maior possibilidade de aproximar os brasileiros de seu país desde a independência. República (que em grego significa coisa pública, de todos) no nosso caso aconteceu por um golpe militar em acordo com setores da aristocracia, especialmente os produtores rurais paulistas, que questionavam a tradicional aristocracia rural ligada ao Império, mas que também não deixava de ter a mesma origem.

A dependência econômica e cultural do Brasil em relação a outros países se mantém com a República. Continuamos dependentes economicamente da Inglaterra e, culturalmente, a elite brasileira era fortemente influenciada pela França através da moda e da arte em geral nas primeiras décadas da República.

A proclamação da República atendeu a interesses da classe que se preparava para assumir o poder no Brasil desde a segunda metade da década de 70 do século XIX. Essa classe era a aristocracia cafeeira de São Paulo que em aliança com os produtores rurais de Minas Gerais dominou a política do país e submeteu o Estado aos seus interesses até 1930. Isso foi



possível através de um arranjo político liderado pelo Presidente Campos Sales em 1898, que depois de várias crises políticas e econômicas dará uma certa estabilidade para o regime republicano através de um pacto que envolvia

favores e reciprocidades entre o governo central e as oligarquias que dominavam os estados. Esse arranjo político ficou conhecido como a “política dos governadores” e sua base de sustentação foi o “coronelismo” e o “clientelismo”.

Estratégias de Participação Popular

Analisando a história do Brasil, poderíamos nos perguntar: onde esteve o povo brasileiro nestes momentos históricos? Qual foi sua participação, sua influência, como foi sua presença na vida política nacional neste período de grandes mudanças de nossa estrutura social, nas decisões que definiram o destino de nosso país?

No caso específico da República, na citação abaixo, o autor mostra como era o comportamento do povo comum frente às ações políticas, um comportamento que tinha várias respostas e reações. Longe de ser um povo apático, foram várias as formas de buscar participar da vida nacional.

“Perdia-se o humor apenas quando o

governo buscava impor o formal, quando procurava aplicar a lei literalmente. Nesses momentos o entendimento implícito era quebrado, o poder violava o pacto, a constituição não-escrita. então tinha de recorrer à repressão, ao arbítrio, o que gerava a revolta em resposta, mas, como vimos, eram momentos de crise, não o cotidiano.

O povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminhos de participação, a República não era para valer. Nessa perspectiva, o bestializado era quem levasse a política a sério, era o que se prestasse à manipulação (...) Quem apenas assistia, como fazia o povo do Rio por ocasião das grandes transformações realizadas a sua revelia, estava longe de ser bestializado. Era bilontra.” (Carvalho, J.M., Os Bestializados, pág. 159 -160)

Se pensarmos apenas nestes três importantes fatos históricos, que nomes vêm à cabeça de vocês?

FATO

Independência do Brasil

Abolição da Escravatura

Proclamação da república

NOME



Entre 1820 e 1890 aconteceram no Brasil diversos movimentos sociais, fruto de revoltas contra dominação, exploração e desigualdade. Em todos os casos, a reação das classes dominantes foi a mesma, dura repressão policial.

Vejamos alguns exemplos destes movimentos:

1 – Confederação do Equador:

Em 1824, os Pernambucanos se revoltaram contra Dom Pedro e conseguiram a adesão de sete estados do nordeste, formando a “Confederação do Equador”. Nesta luta, depois de Pernambuco, Ceará foi o estado que mais se destacou. O povo, organizado sob a liderança de Pedro Pedroso e de frei Caneca, entrou na luta, mas exigiam bem mais do que os chefes da revolta, que queriam somente a independência do nordeste. O povo exigia liberdade para os escravos, para os trabalhadores e uma nova sociedade. A aristocracia então começou a ter medo do povo e ficou dividida. Foi fácil para o imperador dominar a rebelião, estado por estado.

2 – Cabanada:

Mesmo depois da sangrenta e desumana repressão de 1823 (quando ingleses assassinaram a mando do Imperador, centenas de nativos do Pará, que se revoltaram contra as desigualdades em relação ao Rio de Janeiro), o povo Paraense não baixou a cabeça. Entre 1835 e 1839 rebelaram-se, dominando toda província (estado) e ocupando por duas vezes a capital. Mesmo chegando a conquistar o poder, não

sabiam administrá-lo, pois não estavam preparados para isso. Eram liderados por dois lavradores, os irmãos Vinagre e pelo seringueiro Agelim. Reivindicavam o fim da escravidão, a distribuição de terras e uma vida digna. “Cabanada” significa revolta dos moradores das cabanas (moradias pobres). Divisões internas enfraqueceram o movimento, que foi de novo esmagado pelas tropas do Imperador. Dos 100 mil habitantes da província, 40 mil foram mortos em incêndios, destruições e assassinatos.

3 – Balaiada:

Na mesma época da Cabanada, o povo maranhense também estava revoltado. O nome desta revolta vem de um dos chefes, que era um artesão, que fazia balaios. Outros líderes da revolta foram o vaqueiro cara preta e o negro Cosme, chefe de um Quilombo. Nesses anos a população Maranhense era de 200 mil habitantes, e desses, 90 mil eram escravos e o resto, lavradores. Revoltaram-se contra o recrutamento obrigatório do exército e a exploração dos latifundiários, queriam a distribuição de terras. Também essa revolta, muito heróica, não era bem organizada e foi esmagada em 1841 pelo barão de Caxias.



*Você já ouviu falar de outras revoltas populares nesta época? Quais?
 Já ouviu falar dos quilombos? O que sabe sobre eles?*



A reivindicação comum dos movimentos foi a participação nos espaços decisórios da vida do país, igualdade social e fim da escravidão.

Mas, ainda precisamos de longos anos de lutas para conquistar a tão sonhada cidadania ativa.

Trabalho e Relações Sociais

Debate em grupo: o significado das palavras Público e Privado. As relações nos locais de trabalho (entre empresas e trabalhadores) são públicas ou privadas?

Escravos, donos de escravos, capatazes, castigos, torturas, punição, sacrifício, preconceito, medo, desumanidade, revolta,... este era o cenário do trabalho em nosso país no século XIX. O sistema de trabalho baseado na escravidão, como já vimos, era basicamente agrário-exportador, ou seja, nossa produção nos grandes latifúndios rurais era voltada ao mercado externo (venda do café).

Até metade deste século os trabalhadores livres eram poucos e em tarefas artesãs específicas (seleiros, sapateiros, alfaiates,

carpinteiros, oleiros etc.). Somente a partir de 1850 (com dois importantes fatos históricos – a proibição do comércio de escravos e a Lei de Terras) nosso país passa a conhecer outra modalidade de trabalho, o trabalho assalariado, nos primeiros anos dos imigrantes europeus, que vinham de seus países na esperança de encontrar melhores condições de vida. Houve então a convivência entre trabalho escravo e trabalho livre, que garantiu que as oligarquias rurais não tivessem nenhuma interrupção em sua produção.

Mas havia, também, segundo Vainer (1996), “uma consciência, por parte das elites e governos, de que as migrações internacionais atenderiam não só às necessidades econômicas, mas também às “necessidades eugênicas, isto é, necessidade de “sangue branco”. Numa perspectiva mais ampla, as migrações internacionais, além de se constituir como mão de obra, deveriam cumprir o seu

papel étnico na construção do povo brasileiro, tornando-o, “branco e industrial”. A intervenção do Estado para que se alimentasse o mercado de trabalho da economia cafeeira com uma maciça imigração internacional, na verdade expressava a “razão de Estado”, como síntese perfeita da razão econômica, da razão social e da razão política.” Brito, 1998.



Os trabalhadores que chegaram ao Brasil (espanhóis, italianos, alemães, entre outros) saíam de seus países, enfrentando longas e sofridas viagens de navio, porque não viviam bem, eram pobres. A esperança de chegar a um novo lugar, com abundância de terras e bons salários foi a motivação da maioria destes imigrantes.

Mas, ao chegarem aqui, o que encontraram não foi nada disso, a realidade era de péssimas condições de trabalho, salários de miséria, moradias coletivas e com condições precárias de higiene, donos das fazendas que os tratavam como se fossem escravos, impondo jornadas de trabalho de até 16 horas e principalmente tratamento autoritário.

Foram vários os conflitos surgidos nas fazendas de café entre os imigrantes e os donos das fazendas por estas causas. Afinal, estes trabalhadores em seus países tinham outras referências sobre relações de trabalho. Isto fez

com que muitos abandonassem as fazendas e procurassem os centros urbanos para viver.

No final do século XIX e início do século XX estes centros urbanos eram principalmente as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. A primeira cidade chega a receber mais de 70% do total de imigrantes italianos no período.

Nesta época, em que as fazendas começaram a ter uma forte queda na produção do café, por causa da crise externa, o mercado de trabalho que aparece como alternativa era nas cidades, nas indústrias instaladas, especialmente indústrias têxteis, com a predominância do trabalho da mulher, que ocupava cerca de 70% do total da mão de obra do setor, eram em geral imigrantes solteiras, jovens de famílias pobres, sabiam apenas ler e escrever e moravam em cortiços ou habitações muito precárias, como a maioria da classe trabalhadora de sua época.

As mulheres nas greves operárias

As greves do início do século XX são acompanhadas da imagem dos anarquistas e suas lideranças, normalmente, homens. Pelo menos é essa a imagem que vemos nas fotos do período que estão nos arquivos e nas publicações. Também se olharmos a lista de deportações na repressão que se seguiu à grande greve de 1917, veremos que todos os nomes são de homens.

Mas a verdade é que as grandes greves que sacudiram São Paulo não teriam êxito se não houvesse uma adesão em massa das mulheres da indústria têxtil, "quase o único grande setor fabril no começo do século XX".

Quem eram essas mulheres? Quantas delas exerceram papel de liderança?

O que se percebe é que há um "esquecimento" / ocultamento da participação das mulheres nas lutas sindicais do período, portanto, passemos a palavra a uma das poucas mulheres



líderes sindicais do período que se tem registrado em livro, Elvira Boni:

“No 1º de maio de 1919 – nessa época os trabalhadores já eram dirigidos pelos anarquistas – foi organizado um grande comício na praça Mauá [Rio de Janeiro]. Depois desse comício, algumas moças resolveram criar o sindicato, e no dia 18 de maio de 1919 fundou-se a União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas. E aí a União logo começou a se exercitar. Era dirigida por uma comissão executiva, nos moldes anarquistas. Não tinha presidente. Eram primeira e segunda secretárias, primeira e segunda tesoureiras, bibliotecária... A nossa primeira reunião foi feita na União dos Alfaiates, que nos cedeu a sala. Estiveram presentes umas 40 mulheres. Uns três meses depois fizemos uma greve. Mandamos um memorial para as donas dos ateliês, das fábricas onde havia costura, pedindo oito horas de trabalho e melhores ordenados (...) a conquista das oito horas foi imediato...”

in GOMES, Ângela de Castro (1988). **Velhos militantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.



Vamos refletir:

- O Estado atendia a grupos de interesses? Quais?
- Como era a relação entre poder econômico e interesses públicos?
- Participação popular e democracia faziam parte do comportamento político desta fase no Brasil?
- Que influências temos ainda hoje destes fatos, em nossa sociedade?











III

História da Classe Trabalhadora no Brasil

Revolução Industrial e a Classe Trabalhadora

A Revolução Industrial pode ser definida como um conjunto de transformações que afetaram drasticamente a forma de produzir as mercadorias. Essas transformações tecnológicas, econômicas e sociais aconteceram primordialmente na Inglaterra entre 1750 e 1830. As principais inovações tecnológicas dessa primeira fase da Revolução Industrial são a lançadeira volante; a máquina de fiar que substituiu a roca; a máquina de fiar movida à água; e o tear mecânico. Porém a descoberta decisiva foi a máquina a vapor patenteada por James Watt em 1781, que passou a ser empregada como força motriz em diversos processos, “libertou” a indústria de sua dependência dos rios. As fábricas puderam, a partir de então, se instalarem em lugares mais estratégicos para os seus negócios. Esse processo sofreu um notável impulso a partir do emprego da energia a vapor nos navios e locomotivas em 1830, que encurtou as distâncias entre as matérias primas necessárias à produção e o escoamento das

mercadorias até o mercado consumidor numa escala até então desconhecida no mundo.

Mas porque a Revolução Industrial aconteceu primeiro na Inglaterra e não em outro país?

Porque foi na Inglaterra que se criaram as condições políticas e econômicas para que a Revolução Industrial se realizasse com maior impulso, apesar de outros países também terem desenvolvido suas máquinas para manufatura. A Revolução Inglesa (1640-1660) pôs fim ao Absolutismo e instituiu o parlamento, que representava os interesses da burguesia e de parte da nobreza aburguesada, como centro decisório do Estado Inglês. A Revolução foi fruto da aliança entre a burguesia e parte da nobreza inglesa, cujos interesses econômicos estavam intimamente ligados e criaram as condições para expansão colonial e mercantil Britânica que forneceu capitais e matéria prima para a incipiente indústria manufatureira. A Revolução Inglesa estimulou o processo de “cercamentos”, isto é, o cercamento de terras comunais



ocupadas secularmente por camponeses, que passam a ser exploradas de forma capitalista pela nobreza aburguesada, por conseguinte, a renda da terra passa a se incorporar na dinâmica do capitalismo comercial e manufatureiro na Inglaterra, antes que os demais países da Europa. Por outro lado, os camponeses expulsos de suas terras vagavam pelos campos como jornaleiros, ou seja, trabalham por jornadas em diferentes lugares perdendo os vínculos de identidade que possuíam com suas antigas comunidades, ou foram para as cidades, oferecendo-se como operários nas manufaturas e fábricas nascentes.

As terríveis condições de trabalho a que eram submetidos os trabalhadores e trabalhadoras, muitos ainda na idade infantil, na primeira fase da Revolução Industrial, foram objeto de investigação de Marx no capital, conforme aparece no trecho abaixo extraído de um relatório de 1863 dirigido aos comissários de Emprego Infantil de 1841, que denuncia o trabalho de crianças numa fábrica de cerâmica de Staffordshire.

Wilhem Wood, nove anos de idade, tinha sete anos e 10 meses quando começou a trabalhar. Desde o começo ele levava a peça modelada à câmara de secagem e trazia de volta depois a fôrma vazia. Chegam todos os dias da semana às 6 horas da manhã e para por volta das 9 horas da noite. "Eu trabalho todos os dias da semana até 9 horas da noite. Assim, por exemplo, durante as últimas sete a oito semanas". Portanto, 15 horas de trabalho para uma criança de sete anos! (Cf. Marx, Karl. O Capital, vol. I Livro primeiro Tomo 1 p. 197. São Paulo. Editora Abril, 1984).

As condições de trabalho expostas aos homens e mulheres foram gerando protestos e

revoltas dentro e fora das fábricas. A luta pela redução da jornada de trabalho é uma das primeiras reivindicações operárias juntamente com o direito associação. Protestos, marchas, comícios e petições compunham o leque de ações operárias que inevitavelmente eram reprimidas pela polícia, como o comício realizado em Londres em 1819, que reuniu 80 mil manifestantes. O direito de livre associação foi reconhecido pelo Parlamento Inglês em 1825. A resposta dos trabalhadores não tardou e, no mesmo ano, foi fundada em Manchester a União dos Fiadores de Algodão, constituindo-se no primeiro sindicato formal de trabalhadores no sentido que conhecemos hoje. Embora nas minas o progresso tenha sido mais lento, em 1847 foi aprovada a "Lei das Dez Horas" e apesar dos protestos dos empresários, as mudanças foram aceitas. Cinco anos antes, no norte da Inglaterra, havia ocorrido a primeira greve geral da era industrial reivindicando a redução da jornada de trabalho.

Assim como as fábricas e a exploração do trabalho vão se estendendo para os demais países da Europa e os Estados Unidos, as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras também se expandem para além das fronteiras nacionais. Na vizinha França, os sindicatos só serão reconhecidos como entidades legais em 1864, mas nesse país as manifestações operárias tornaram-se famosas pelo seu grau de radicalismo. A França foi o berço do chamado sindicalismo revolucionário que erguia barricadas e enfrentava governos, como aconteceu nas jornadas de 1848 e 1871 em Paris, esta última, denominada "Comuna de Paris", é considerada a primeira experiência revolucionária da classe operária em que os trabalhadores em armas expulsam o exército e proclamam um novo governo com novas leis e



com a divisa “Terras aos Camponeses e Trabalho para Todos”, que durou cem dias, período em que “os operários tomaram os céus”, na expressão famosa de Karl Marx. A vingança da burguesia custou 30 mil vidas de trabalhadores.

Para finalizar essas breves notas sobre as primeiras lutas dos trabalhadores, destacaremos a luta pela jornada de 8 horas que se tornou conhecida em todo mundo e que ocorreu nos Estados Unidos no primeiro de maio de 1886, cujo epicentro foi a cidade de Chicago, conforme aparece no relato a seguir:

Os trabalhadores abandonam as fábricas e manifestações são realizadas nos principais centros dos Estados Unidos. O ponto principal da luta será em Chicago. É sábado a cidade amanheceu parada. As fábricas e o comércio não funcionam. Uma multidão toma as ruas, em passeata. Famílias inteiras rumam em direção à praça Haymarket, numa manifestação pacífica, que termina com um grande comício, sem qualquer incidente.

Na segunda-feira, dia três, a greve continua nas empresas que se recusam a aceitar a jornada de 8 horas diárias. Na fábrica McCormick Harvester, a polícia dispara contra um grupo de operários. Resultado: seis mortos, cinco feridos e centenas de presos.

No início da noite de terça-feira, dia quatro,

os trabalhadores surgem de todos os cantos da cidade, para mais uma manifestação. Quando o comício termina e o povo começa a se dispersar, os policiais entram novamente em ação, com a mesma violência do dia anterior. No meio do tumulto uma bomba explode matando 10 policiais. Em represália 80 trabalhadores são mortos. Há muitos feridos e oito sindicalistas acabam presos e julgados como autores do lançamento explosivo.

O julgamento dura vários dias. O tribunal condena cinco dos oito homens à morte e três a trabalhos forçados por muitos anos. Antes da execução, um deles, Luis Lingg, escreve uma carta, na qual procura eximir seus companheiros de qualquer participação na explosão e se mata na cela.

Em 11 de novembro de 1887, quatro homens são enforcados. Seis anos depois, o processo é revisto e todos são considerados inocentes pela justiça.

Os três sobreviventes são soltos. (Revista da CUT-SP 1º de Maio 2004, p. 2).

Como podemos notar, nesse pequeno apanhado, a história da classe trabalhadora é carregada de lutas e de tradições que se difundiram por todo o mundo. No Brasil não foi diferente e a nossa classe trabalhadora foi acumulando um rico patrimônio de lutas entre vitórias e derrotas.

Para saber mais:

- **MARX**, Karl. *O Capital*, vol. I Livro primeiro Tomo 1. São Paulo. Editora Abril, 1984.
- **THOMPSON**. E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 3 volumes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- **HOBSBAW**, Eric. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.



A formação da classe trabalhadora no Brasil e as primeiras lutas: Escravos, libertos e imigrantes

Desde o fim do tráfico de escravos em 1850, a questão da substituição da mão de obra escrava nas lavouras de café tornou-se uma questão crucial para os cafeicultores. Foi no Estado de São Paulo, onde se localizava o núcleo dinâmico da economia cafeeira, que foram tomadas as medidas concretas para viabilização da importação de mão de obra através de financiamento público. A estratégia da aristocracia cafeeira foi prolongar ao máximo a manutenção da escravidão através de sua extinção lenta e gradual, que começa com a proibição do tráfico em 1850 e só terminará quase quarenta anos depois em 1888 com a abolição. Por outro lado, paralelamente ao trabalho à manutenção do trabalho escravo, os produtores foram articulando uma política de substituição de mão de obra através da imigração estrangeira.

Esse processo de substituição de mão de obra escrava pela mão de obra imigrante foi tratado por parte da historiografia como duas formas de trabalho isoladas que, de certa forma, se opunham e que não conseguiram conviver entre si. Nessa concepção, a escravidão dificultaria e até entravaria o processo de formação do proletariado como classe. Esse pressuposto está longe de ser verificada como podemos atestar em vários

exemplos em que até mesmo em fábricas, as duas formas de trabalho podiam coexistir. Por exemplo: “Dos operários registrados nas manufaturas do Rio de Janeiro entre os anos de 1840 a 1850 – especialmente nas fábricas de vidro, papel, sabão, couros, chapéus e têxteis -, 45% eram escravos. Além disso, o recenseamento de 1872 apontou que no Rio de Janeiro havia mais de dois mil operários cativos empregados em pequenas fábricas”. (NEGRO & GOMES. 2007. p. 63)

Nesse sentido, ao pensarmos a formação da classe trabalhadora brasileira, temos que pensá-la como fenômeno histórico em termos da sua heterogeneidade e complexidade própria da sociedade brasileira. Dito de outra maneira, a classe trabalhadora desde a sua formação é constituída por negros, mestiços, índios - homens e mulheres - que viviam nas cidades e no campo com culturas distintas que expressaram suas demandas através de lutas concretas contra a opressão e a exploração.

A greve dos tipógrafos do Rio de Janeiro ocorrida em 1858 é tida como a primeira greve do país. No entanto, João José Reis assinala que em 1857 ocorreu uma greve de escravos em Salvador, na Bahia que ele denominou de “Greve Negra”. A paralisação que envolveu



centenas de escravos “ao ganho”³ – na sua maioria africanos “nagôs”- durou duas semanas interrompendo os serviços de abastecimento e transporte do porto. Os grevistas protestavam contra a determinação da Câmara Municipal que exigia mudanças na lei que interferiam nas relações senhor e escravo e na forma de organização do trabalho. No mesmo ano, os trabalhadores escravizados pertencentes ao Barão de Mauá se recusaram a trabalhar na fábrica Ponta D’Areia que era um dos maiores estabelecimentos do Rio de Janeiro, com cerca de dez oficinas e 600 operários, sendo 150 deles escravos. Ainda como Observam Antonio Negro e Flávio Gomes: “São várias as evidências de paralisações feitas por escravos nas indústrias. No final da década de 1820,

cativos, africanos livres e outros trabalhadores param a fábrica de Pólvora Ipanema, controlada pelo Estado Imperial. Reivindicavam melhorias nas condições de trabalho, como diárias e dieta alimentar. No Rio de Janeiro em abril de 1833, um levante numa calderaria trouxe apreensão, com escravos enfrentando a força policial havendo tiros e mortes”.

Trazemos o relato dessas lutas porque são questões importantes para a formação política dos militantes, assessores e dirigentes sindicais. Pois se trata antes de tudo em reconhecer os escravos como trabalhadores dotados de autonomia e protagonismo social no cotidiano das suas terríveis condições de trabalho.

Para saber mais:

- Negro, Antonio Luigi e **GOMES**, Flávio dos S. *As greves antes da “Greve”*. Revista Br-História. Ano 1 nº 2, 2007.
- **REIS**, João. *A greve negra de 1857 na Bahia*. In: Revista USP, nº 18, 1993.
- **GOMES**, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombos Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.
- **DOMINGUES**, Petrônio. *Uma história não contada negro, racismo e branqueamento em São Paulo*: editora Senac 2005.
- **VITORINO**, Artur José R. *Máquinas e operários – mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro – 1858-1912)*. São Paulo, Fapesp/Anablume, 2000.

³ Escravos que alocavam seus serviços no mercado: carregadores, vendedores ambulantes, quitadeiras obrigando-se a dar uma parte dos seus ganhos ao seu senhor.



A primeira fase da industrialização brasileira, a classe operária e suas organizações

O processo de industrialização brasileira foi bem mais tardio em relação à Inglaterra e aos demais países europeus, os Estados Unidos e o Japão. O prolongamento do regime de trabalho escravo até o seu limite, montado sob uma economia agro-exportadora permitiu pouco dinamismo ao processo de industrialização. Nossa elite política e econômica nunca se propôs a voos mais altos para além dos seus próprios interesses patrimonialistas subordinados aos interesses dos países centrais. Nesse sentido, o Estado brasileiro desde sua fundação em 1822 até 1930 foi um agente dos interesses da elite rural brasileira. A industrialização brasileira caminhou tímida sob da aristocracia rural, somente em 1930 no governo de Getúlio Vargas, impulsionado pela “crise de 1929”, é que o Estado fará um primeiro esforço mais sistêmico de industrialização do país na perspectiva de romper com o padrão de acumulação primário-exportador.

O padrão de industrialização Brasileiro até os anos 1930 é praticamente o mesmo padrão da primeira Revolução Industrial. Enquanto os países centrais no início do século caminhavam para o Taylorismo-Fordismo desta feita, sob a batuta dos Estados Unidos e da Indústria automobilística (metal-mecânica), da Indústria Química e do Petróleo, o Brasil tinha na indústria têxtil o seu setor mais dinâmico.

Esse padrão de industrialização foi em grande medida favorecido pela expansão cafeeira que dinamizou os portos, criou ferrovias e estimulou uma certa urbanização e um tipo de indústria. De acordo com o relatório da Comissão de Inquérito Industrial de 1882, havia no Brasil aproximadamente 45 fábricas de tecidos assim distribuídas: 12 na Bahia; 11 no rio de Janeiro; nove em São Paulo, oito em Minas Gerais e 1 no Rio Grande do Sul, Alagoas, Pernambuco e Maranhão respectivamente. Havia também fábricas de chapéus, velas, papel, calçados e fundições. A indústria naval também sofreu um grande incremento entre 1848 e 1870. Em 1907, de um total de 326 estabelecimentos existentes no estado de São Paulo, havia apenas 31 estabelecimentos têxteis, porém este setor era responsável por 45% dos investimentos industriais realizados no período.

Os indicadores econômicos da década de 1920 apontam para a tendência crescente da concentração industrial nas áreas de plantio de café. Não por acaso que São Paulo e o Rio de Janeiro, juntos, somavam 42% dos estabelecimentos industriais; 53% dos capitais e 50% do operariado brasileiro.

Como já enfatizamos na seção anterior, devemos tomar todos os cuidados para não definirmos a classe operária dos primeiros anos



da República como sendo branca, masculina e europeia. Essa generalização poderia ser feita para o estado de São Paulo e para os estados do Sul, mas, sem deixarmos de fazer algumas ressalvas. Estudos recentes apontam que, mesmo para o Rio Grande do Sul, houve uma conformação da classe operária muito mais mestiça do que se supunha, como ocorreu na industrialização nas cidades de Rio Grande e Pelotas.

Também a participação das mulheres na composição da classe operária foi sub-representada na Primeira República, especialmente onde o trabalho feminino foi bastante expressivo como no setor têxtil e o de vestuário chegando a ser predominante em algumas unidades fabris. Ver quadro nas páginas 23 e 24.

Antes de entrarmos nas principais lutas da classe operária, convém também tratarmos da associação geralmente feita entre imigração e agitação política. É muito forte a imagem difundida em determinados manuais que apresentam o imigrante italiano politizado

que luta contra a exploração capitalista em oposição ao trabalhador nacional mais pacífico e resignado com a sua condição de vida. Essa visão acaba incorrendo no equívoco de pensar que o imigrante trouxe junto à sua bagagem, além dos seus pertences, uma visão politizada e anticapitalista fruto da sua experiência das lutas de classe na sua terra natal. Esse mito do imigrante militante tem sido questionado por estudos mais aprofundados sobre a imigração que procuram distinguir a grande massa de trabalhadores que imigraram para o Brasil em busca de melhores condições e a trajetória dos militantes internacionalistas perseguidos ou expulsos dos seus países de origem e que tinham como razão de vida a difusão dos seus ideais políticos. A quase totalidade dos imigrantes que vieram para o Brasil tinham origem rural, não possuíam qualquer experiência prévia de militância política ou sindical, pelo contrário, imigravam na esperança de ascensão individual do ponto de vista econômico e social, como resposta à situação de miséria que enfrentavam nos seus respectivos países.

Greve em São Paulo em defesa das oito horas de trabalho. São Paulo, 1907.

(Arquivo Edgard Leuenroth, Coleção História da Industrialização, foto 187)





As lutas e as organizações operárias

Nos primeiros anos do século XX, as lutas operárias se concentraram em grande parte pela reivindicação da jornada de 8 horas e pela melhoria das condições de trabalho. Este foi o caso da greve dos trabalhadores em pedreiras ocorrida em 1901, no Rio de Janeiro, os grevistas conseguiram reduzir a jornada de 12 para 10 horas, no mesmo ano são registradas greves em São Paulo dos tecelões, sapateiros e vidreiros. A luta pela jornada de 8 horas intensifica-se em 1903 com greves generalizadas em Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo, Juiz de Fora entre outros lugares. Em algumas dessas greves, os trabalhadores conseguiram reduzir a jornada para nove e meia e até nove horas, o que não deixava de ser uma grande conquista para a época.

A luta dos trabalhadores e trabalhadoras prossegue e se amplia nos anos seguintes. Em 1906, trabalhadores reunidos no Rio de Janeiro, sob a bandeira da jornada de 8 horas, realizam o primeiro Congresso Operário do Brasil e fundam a Confederação Operária Brasileira (COB), no qual foi preponderante a influência do sindicalismo revolucionário que, a partir de então, exercerá forte influência sobre uma parcela do movimento operário no Rio de Janeiro e São Paulo até o início dos anos 1920. O jornal *A Voz do Trabalhador*, passa a ser seu órgão de divulgação da COB entre os trabalhadores. Em 1907, eclode uma série de

greves pela jornada de 8 horas, como resposta ao apelo do congresso nacional feito no ano anterior. Em São Paulo foi um movimento em cadeia começando pelos trabalhadores em veículos e prosseguindo com os pedreiros, canteiros, pintores, marmoristas, trabalhadores da limpeza pública, encanadores, tipógrafos, funileiros, chapeleiros, metalúrgicos, tecelões, trabalhadores em madeira, trabalhadores em passamanarias (tecidos trabalhados com fios) e trabalhadores em massa. Algumas categorias obtiveram êxito e conquistaram a jornada de 8 horas, outras, conseguiram a redução, mas não para 8 horas. Como é previsível de se supor, a resposta patronal e das autoridades também não tardou a se intensificar. Em 1907 foi aprovada a lei de autoria do deputado Adolfo Gordo que permitia a extradição de trabalhadores estrangeiros considerados “agitadores” ou “subversivos” no meio operário.

De 1910 a 1920 as lutas e a organização dos trabalhadores continuam se intensificando. Em 1913, a COB realiza seu segundo congresso com 117 delegados representando 52 sindicatos. A entidade volta a reativar *A Voz do Trabalhador* que passa a ter uma tiragem de quatro mil exemplares. Em 1915, em São Paulo, é criado o Comitê de Defesa Proletária, que visa organizar e unificar as lutas dos trabalhadores. Nos anos de 1915 e 1916 são



Oficina de trabalho artístico com ferro, São Paulo/SP, 1924.
(Arquivo Edgard Leuenroth, Coleção História da Industrialização, foto 241)

registradas 144 greves em São Paulo.

Em 1917, no mesmo ano da Revolução Russa, ocorre em São Paulo a mais famosa greve da classe trabalhadora dessa primeira fase de industrialização: A Greve de 1917. A paralisação começou no Cotonifício Crespi, localizado no Bairro da Mooca e uma das

maiores unidades fabris da capital paulista. Os grevistas reivindicavam 20% de aumento, regulamentação do trabalho feminino e abolição das multas. Rapidamente a greve se espalha pelas fábricas dos bairros vizinhos chegando a atingir 54 fábricas com aproximadamente 20 mil trabalhadores em greve. Alarmadas com a dimensão do movimento as autoridades



ordenaram que a cidade fosse fortemente patrulhada pelas tropas de infantaria que foram orientadas para dissolver as aglomerações. No dia 9 de julho o enfrentamento entre policiais e grevistas nas ruas de São Paulo resultou na morte do sapateiro José Iniguez Martinez de 21 anos, vítima de um disparo desferido por um policial em frente à fábrica de tecidos Mariangela no Bairro do Brás.

A notícia da morte do jovem trabalhador espalha-se rapidamente pela cidade e produz um efeito incendiário sobre o movimento grevista. O velório e o enterro da vítima se transformou numa grande mobilização de repúdio à violência policial usada contra os grevistas. Na manhã fria e chuvosa de 11 de julho de 1917, uma enorme concentração popular estimada em 10 mil pessoas se formou em frente ao número 91 da Rua Caetano Pinto, no bairro do Brás -a mesma rua da sede da CUT. Por volta das oito horas e trinta minutos um imenso cortejo fúnebre pôs-se em movimento. A comissão de frente, formada por um grupo de mulheres, carregava bandeiras vermelhas e o estandarte do Centro Libertário de São Paulo.

No dia seguinte, a cidade praticamente parou com a adesão à greve geral de padeiros, leiteiros e trabalhadores da Companhia de Gás e da Light. A cidade amanheceu sem gás, sem pão, sem leite, sem luz e sem transporte. Estimase em cem mil o número de trabalhadores que cruzaram os braços na semana de 9 a 16 de julho. Os paulistanos jamais tinham vivenciado um

movimento social dessa magnitude na história da cidade. A Greve se encerrou no dia 16 de julho depois de três assembleias com milhares de trabalhadores coordenadas pelos líderes do Comitê de Defesa Proletária, nos bairros do Brás, Lapa e Ipiranga. Além dos 20% de aumento, os empregadores e autoridades acordaram com os trabalhadores os seguintes pontos: respeitar o direito de associação dos operários; não dispensar nenhum operário por motivo de greve e efetuar o pagamento dos salários na primeira quinzena a seguir ao mês vencido.

O movimento operário mantém seu dinamismo de lutas até 1919. Desta forma, de 1917 a 1919, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, foram criadas mais organizações operárias do que em qualquer outro período de tempo equivalente. A luta pela jornada de 8 horas prossegue com uma greve geral de 60 mil trabalhadores no Rio de Janeiro no Primeiro de Maio. A partir de 1920 o movimento operário entra numa fase de refluxo, fruto da intensificação da repressão e das divisões internas das correntes políticas dentro do sindicalismo do período. A COB realiza seu terceiro Congresso em 1920 com o movimento sindical mergulhado em várias disputas internas, ocasionadas em grande parte pela vitória da Revolução Russa, que enfraquecia a posição dos militantes anarquistas e anarco-sindicalistas, cuja concepção política se chocava de frente com a concepção de partido e de Estado que triunfou com os partidários de Lênin. A exemplo



do que estava ocorrendo em várias partes do mundo, após a Revolução Russa, aqui no Brasil, em 1922, foi fundado o Partido Comunista Brasileiro, tendo à sua frente muitos dirigentes que tinha sua origem política no anarquismo.

Grosso modo, as correntes políticas do sindicalismo brasileiro dos anos vinte aos anos trinta são as seguintes:

Anarco-sindicalismo: Na visão anarquista toda autoridade é opressora, incluindo os partidos e o parlamento. Eram radicalmente anticapitalistas, antiburgueses e anticlericais. Negavam a legitimidade política do Estado

enquanto instituição, independente de classe ou ideologia política. Privilegiavam a ação direta das massas, através de boicotes, sabotagens, atentados, greve geral revolucionária. Exerceram forte influência sobre o movimento operário em São Paulo até os anos 20, mas isso não quer dizer que tal influência tenha sido generalizado para todo o Brasil.

Reformistas ou amarelos: No movimento operário, durante as primeiras décadas do século XX, havia um agrupamento de correntes sindicais de caráter reformista muito heterogêneas entre si, mas que tinham em comum a luta pela melhoria das condições de



Interior de fábrica. s.l., s.d.
(Arquivo Edgard Leuenroth, Coleção História da Industrialização, foto 530)



vida dos trabalhadores por meio da obtenção de garantias legais, de um conjunto de direitos sociais, do apelo à intermediação de representantes do Estado para a solução dos conflitos trabalhistas, da utilização preferencial das vias institucionais, da não utilização da violência e do emprego da greve apenas como último recurso. Foram essas correntes denominadas de “amarelas” que deram vida imediata ao projeto sindical do governo provisório liderado por Vargas, implantado a partir de 1930. (ARAÚJO, 1998, p. 202 e 207.)

Comunistas: O objetivo político é a construção do Estado Socialista através da revolução. O principal instrumento para transformação social é partido comunista que para eles é o único partido da classe operária. Os sindicatos são instrumentos importantes de organização da classe operária, mas devem estar subordinados à linha do partido. Atuam em todos os espaços considerados importantes para o avanço da organização dos trabalhadores e adotam estratégias de enfrentamento combinadas com estratégias legais ocupando espaços institucionais.

Para saber mais:

- **ARAÚJO**, Ângela. *A construção do consentimento, corporativismo e trabalhadores nos anos trinta*. São Paulo. Editora Scritta, 1998.
- **BATALHA**, Cláudio H.M. “Formação da Classe operária e Projetos de identidade coletiva”. In **FERREIRA**, Jorge e **DELGADO** Lucília Neves. *Brasil Republicano - o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.
- **GIANOTTI**, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro. Mauad Editora Ltda. 2007.
- **LONER**, Ana Beatriz. *Construção da classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: UFPEL- Editora Universitária/Unitrabalho, 2001.
- **TOLEDO**, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.



A Revolução de 1930, o “Estado Novo” e o sindicalismo diante da estrutura sindical corporativista

Como consequência da “Crise de 1929”, no plano internacional, o capitalismo vivia sua maior crise econômica, política e ideológica no início dos anos 30. A Crise desencadeou a depressão da economia americana e, por conseguinte, a maior recessão econômica do mundo. As repercussões da crise se prolongaram de maneira dramática nos Estados Unidos até 1933 e somente em 1939, com a entrada na Guerra, a economia americana retoma seu ritmo de crescimento semelhante à década de 20. A queda das ações arruinou os especuladores, reteve a venda a crédito e impossibilitou os que receberam financiamento de pagar seus débitos, provocando a falência de 4 mil bancos em três anos. Os preços dos produtos industriais caíram, 27% e 85 mil empresas americanas faliram. O valor da produção nacional americana desceu à metade dos níveis anteriores a crise. O preço dos produtos agrícolas também despencou e os agricultores perderam suas terras hipotecadas aos bancos, os que ainda resistiam tiveram que jogar parte da produção fora para tentar conter a queda dos preços. Foram toneladas de leite e grãos jogados fora, enquanto a população passava fome. Os trabalhadores viveram dias sombrios, o desemprego atingiu a cifra de 14 milhões de desempregados e se constituiu no

maior drama social da crise de 1929. Ninguém foi poupado, trabalhadores qualificados como médicos e engenheiros que foram obrigados a vender maçãs nas esquinas das ruas de Nova York para sobreviver e junto com outros trabalhadores engrossavam as enormes filas para ganhar um prato de sopa e uma fatia de pão.

O liberalismo no aspecto econômico e político foi duramente atacado pela esquerda e pela direita e viveu sua pior crise. Pela esquerda, os trabalhadores e suas representações tanto sindicais, como partidárias, especialmente os partidos comunistas e socialistas saíam a ruas combatendo o capitalismo e pregando o socialismo. O socialismo na Rússia depois de muitas dificuldades finalmente começava a conhecer tempos de prosperidade e progresso o que estimulava mais ainda os comunistas no combate ao capitalismo.

Pelo centro, os sociais democratas defendiam uma maior regulação do estado na economia e um caráter mais social para o capitalismo através de políticas públicas de emprego, educação, saúde e habitação. Criticavam tanto a concepção liberal econômica que idealizava os mercados como reguladores da economia e limitava a



participação dos trabalhadores, como também viam com reserva a concepção de estado e sociedade socialista colocados em prática na União Soviética. Defendiam o aprofundamento da democracia e a humanização do capitalismo e, em troca, renunciavam ao caráter revolucionário e as formas violentas de transformação social.

Pela direita, surgiam em vários países governos conservadores e totalitários, que responsabilizavam a democracia e os partidos pela fraqueza do Estado e pela crise econômica. Pregavam um Estado forte e centralizador que atendesse aos interesses da Nação sem necessidade de partidos ou participação política do povo. O alvo principal dos governos de direita era atacar as organizações de trabalhadores (partidos e sindicatos), pois, a conjuntura do início dos anos 30, foi marcada pela polarização política entre esquerda e direita. Desta forma, os representantes da direita, procuravam eliminar fisicamente a esquerda e, ao mesmo tempo, através da propaganda e da cooptação tentavam canalizar os descontentamento das massas vitimadas pela crise econômica para angariar-lhes o apoio popular para o exercício do poder.

Foi nessa vaga de crise do capitalismo e do liberalismo que ocorreu "Revolução de 1930", que pelos seus desdobramentos, foi um dos momentos de maior inflexão na história política do país. 1930-foi um rearranjo político no interior das classes dominantes ocasionada por tensões internas aguçadas pela conjuntura internacional, que deslocou do poder a oligarquia paulista ligada aos interesses da economia cafeeira. A dissidência oligárquica foi provocada primeiro por uma decisão do Presidente Washington

Luís de romper o acordo com Minas Gerais que deveriam indicar o seu sucessor, seguindo o jogo de alternância na presidência entre Minas e São Paulo. Ao insistir na candidatura do paulista Júlio Prestes, Washington Luís criou as condições para Formação da Aliança Liberal que lança a candidatura de Getúlio Vargas, cuja base de sustentação eram as oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Vargas angariou apoio de um importante segmento fora da tradicional aliança oligárquica que foram os tenentes, que expressavam em grande parte os anseios de mudanças das camadas médias da sociedade, através dos vários levantes tenentistas ocorridos na década de 20, conhecido como movimento tenentista.

Numa eleição, ainda, muito marcada pelo "voto de cabresto", Júlio Prestes saiu vencedor e tudo parecia indicar que as coisas iriam caminhar para a manutenção do padrão institucional da República Velha. Porém, o assassinato de João Pessoa, candidato a Vice na Chapa de Vargas, e o acirramento das tensões oligárquicas por conta da crise de 1929, estimularam os setores de oposição a organizarem um movimento insurrecional para derrubada de Washington Luís. Vargas, com o decisivo apoio dos tenentes, lidera um golpe de Estado e assume o Governo Provisório em 3 de outubro de 1930.

O governo Vargas com apoio dos tenentes e das dissidências oligárquicas irá promover rupturas significativas no padrão institucional e político até então vigente. No plano econômico, e o Estado assumirá uma função de promotor do desenvolvimento econômico, criando bases para a elaboração de uma política industrial. No plano político, o Estado assume um papel mais



centralizador, rompendo com o “federalismo tropical” da República Velha, estruturado sob as bases da “política dos governadores” sob hegemonia da oligarquia paulista.

Mas a mudança que mais caracterizou as iniciativas do governo Vargas e que se tornou uma marca indissociável do seu governo e da própria construção do mito político de Vargas como o “pai dos pobres”, diz respeito às mudanças nos padrões de relações de trabalho através da implantação de uma nova legislação trabalhista e sindical. A nova lei de sindicalização imposta pelo governo de Vargas por meio do decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, que inaugurava uma prática de intervencionismo estatal sobre a vida interna dos sindicatos determinava, entre outras coisas, que as organizações de classe só podiam se filiar a entidades internacionais mediante prévia autorização ministerial; os estatutos deveriam obedecer às normas predefinidas e serem submetidos à aprovação ministerial; os sindicatos, federações e confederações deviam relatar anualmente suas atividades aos órgãos ministeriais; e ao Ministério do Trabalho cabia conceder ou não o reconhecimento oficial, fiscalizar as assembleias gerais e a situação financeira dos sindicatos, lavrar multas pelo descumprimento da lei, fechar o sindicato, a federação ou a confederação por até seis meses ou promover a sua dissolução definitiva, podendo destinar o seu patrimônio a entidades de assistência social. (OLIVEIRA, 2002.p 61).

Além da necessidade de reconhecimento do sindicato por parte do Estado, a legislação também estabelecia a unicidade sindical, ou seja, somente poderia haver um sindicato por categoria em

determinada base territorial. A unicidade sindical é o sindicato único estabelecido em lei (Boito Jr, 1991. p. 27). Uma segunda ação decisiva do Estado foi estabelecimento, também por lei, em 1940, da contribuição compulsória – o imposto sindical -, extensiva a todos os trabalhadores independente de serem sindicalizados, ou não.

A grande maioria dos sindicatos combativos e de esquerda sob influência e orientação dos comunistas, socialistas, anarquistas e sindicalistas revolucionários foi contrária à estrutura sindical imposta pelo governo de Vargas. Essa nova legislação mereceu protestos de grande parte do movimento sindical da época – com exceção do chamado “sindicalismo amarelo”.

Porém, o período de 1933/35 marcará uma grande virada na relação entre o movimento sindical de esquerda e a recém-criada estrutura sindical oficial, porque, a partir daquele ano, os sindicatos combativos, com exceção dos anarquistas, diante da impossibilidade de acabar com a estrutura oficial, optaram pela atuação por dentro da estrutura, na expectativa de transformá-la. Isso equivale a dizer que as correntes mais atuantes do movimento sindical renunciaram à prática de um sindicalismo revolucionário e de ação direta de “minorias conscientes” para um sindicalismo de “maiorias potenciais”, levando em conta as vantagens oferecidas pela legislação trabalhista, sem abrir mão da luta pela democratização da legislação sindical.

Por que a maioria dos sindicatos atuantes no início do decênio de 1930 não conseguiu impor uma derrota ao projeto sindical do governo Vargas, mas, ao contrário, acabou se incorporando a ele, ainda que com a propósito de transformá-lo?



Para responder de maneira breve a uma pergunta tão complexa, diríamos que três fatores foram fundamentais. Primeiro, a repressão e perseguição ao sindicalismo que defendia a liberdade e autonomias sindicais e, portanto, combatia a proposta do governo. Em segundo lugar, a vinculação que o governo impôs aos trabalhadores entre a adesão à estrutura sindical oficial e o acesso aos direitos trabalhistas. (Por exemplo, só poderia usufruir do direito de férias, aquele trabalhador que possuísse a carteira de trabalho, que só poderia ser emitida pelos sindicatos oficiais reconhecidos pelo governo – uma vinculação que exigia a adesão automática do trabalhador ao sindicato.) E, finalmente, em terceiro lugar, a própria avaliação do movimento sindical da época, de que, para as condições de atraso e autoritarismo reinantes na sociedade brasileira – e as relações de trabalho não fugiam a essa regra -, a nova legislação sindical e trabalhista poderia significar um avanço na conquista de direitos e na defesa dos interesses dos trabalhadores, desde que, por meio da luta no interior dos sindicatos oficiais, fossem alterados os seus aspectos negativos e potencializados os positivos.

Em novembro de 1937, Getúlio Vargas, utilizando-se de um golpe de Estado, no qual foi apoiado por militares, instaura um regime ditatorial conhecido como Estado Novo (1937 – 1945) que, dentre os muitos atos autoritários, intervém em diversos sindicatos, nomeando interventores. Alguns sindicatos, que tinham à frente lideranças combativas, conseguiram driblar a repressão e mantiveram-se à frente de suas entidades, porém tinham seu espaço de atuação extremamente limitado pelas

circunstâncias políticas. Como uma das formas de viabilizar o peleguismo sindical, representado pelos interventores sindicais, foi instituído, em julho de 1940, o imposto sindical compulsório, conforme mencionamos anteriormente, combinado com uma, para a época, intensa e sofisticada propaganda. Dessa forma, a “invenção do trabalhismo”, procurava associar a concessão de direitos trabalhistas às qualidades pessoais de Getúlio Vargas como líder sensível às necessidades dos trabalhadores e dos mais pobres em geral, o que foi chamado por alguns estudiosos, como o “mito da outorga”. Não foi sem motivos que o anúncio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, se deu sob um planejado e bem executado espetáculo político dirigido às massas na comemoração do Primeiro de Maio, no estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, capital federal da época. Desta forma, quando promulgada a CLT, praticamente todo o movimento sindical já estava “adaptado” à nova estrutura sindical e dirigia suas lutas a partir dela.

Dessa forma, o estado combinava uma legislação sindical que procurava banir os setores combativos do sindicalismo brasileiro e, ao mesmo tempo, controlar a ação sindical através da subordinação dos sindicatos ao Estado. Porém, como vimos, essa estratégia de controle foi acompanhada de uma legislação trabalhista, bastante avançado para os padrões da sociedade brasileira. Essa legislação foi difundida pelos órgãos de comunicação do “Estado Novo” como uma dádiva de Getúlio, silenciando toda uma trajetória de lutas dos trabalhadores por direitos ao longo dos anos, conforme registramos nas páginas anteriores.



A primeira coisa que chama a atenção na CLT, “alardeada como a mais avançada legislação social do mundo”, é “o notório e quase esquizofrênico contraste entre lei e realidade, teoria e prática” (French, 2002. p. 25). Muitos trabalhadores depositavam suas esperanças na nova legislação trabalhista. Na cidade de Santos, um doqueiro que participava de uma assembleia sindical, em agosto de 1945, afirmava que as leis trabalhistas deveriam ser modificadas “porque não eram respeitadas”, no que foi replicado imediatamente por um colega: “a lei é boa”, propondo então, que se apresentasse ao Congresso nacional um pedido de “respeito absoluto a CLT, pois os patrões só seguem à risca os seus interesses, desrespeitando o direito dos trabalhadores” (Negro & Silva, 2003 p.51)

A questão colocada acima foi crucial para o movimento sindical. Ao mesmo tempo em que revelava o abismo entre a lei e a realidade,

colocava para o movimento a necessidade de fazer com que a lei fosse cumprida e estabelecida à conquista dos direitos garantidos na CLT como um campo de luta permanente entre o movimento sindical e os patrões. Nesse sentido, a própria luta reforçava e legitimava o projeto sindical oficial e, não raras vezes, os sindicatos adotavam como tática apelos diretos e alianças com o governo, buscando que a lei fosse cumprida. Contudo, quando tais apelos não surtiam os efeitos desejados, igualmente se recorria às diversas formas de enfrentamento, inclusive a greve. Em outros termos, numa sociedade como a brasileira, marcada pelo autoritarismo e repressão no âmbito privado das relações de trabalho, a legislação trabalhista-sindical na sua complexidade jurídica era acionada pelos trabalhadores na perspectiva que o mundo da produção pudesse ser regulado por parâmetros publicamente definidos, colocando algum limite no mundo do trabalho através do domínio da lei.

Para saber mais:

- **ARAÚJO**, Ângela. *A construção do consentimento, corporativismo e trabalhadores nos anos trinta*. São Paulo. Editora Scritta, 1998.
- **BOITO JR**, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica a estrutura sindical*. Campinas. Editora da Unicamp/Hucitec, 1991.
- **GOMES**, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo, Rio de Janeiro*. Relume Dumará, 1994.
- **FRENCH**, John, *Afogados em leis - a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo. Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001.
- **OLIVEIRA**, Marco Antonio de. *Política trabalhista e relações de trabalho no Brasil - da era Vargas ao governo FHC*. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Unicamp, 2002.



Expansão Industrial, urbanização, sindicatos e a luta dos trabalhadores no campo e na cidade

A partir da entrada no Brasil na Segunda Guerra Mundial em 1942, começa a mudar também o cenário interno da política brasileira com o crescente aumento da oposição da Ditadura Vargas. Afinal, se o Brasil lutava ao lado dos defensores da Democracia, não tinha sentido, nem coerência, o país viver sob regime ditatorial. A luta pela redemocratização do país mobiliza amplos setores da sociedade, trabalhadores, intelectuais, estudantes.

Em abril de 1945, Getúlio Vargas cede às pressões, decreta anistia aos presos políticos e anuncia as eleições parlamentares para 02 de dezembro de 1945 para elaboração de uma nova Constituição. Luis Carlos Prestes, Secretário Geral do Partido Comunista Brasileiro, é libertado em maio depois de quase nove anos de prisão. Também em maio, ocorrem mudanças no sistema partidário e são criados novos partidos, O Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrata Cristão (PDC) entre outros. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) é legalizado e rapidamente se torna um partido de massa, beneficiado pela onda de crescimento da

esquerda em nível mundial, muito em função do papel decisivo desempenhado pela União Soviética na derrota ao nazi-fascismo e também pela atuação permanente e incansável dos militantes comunistas que souberam capitalizar a luta pela Redemocratização com pela legalização do PCB. Pela primeira vez no Brasil, desde o advento da República, os partidos adquirem uma conformação e uma abrangência nacional. Getúlio é deposto por uma junta militar em 19 de outubro e as eleições parlamentares e presidenciais são anunciadas para dezembro de 1945.

Eurico Gaspar Dutra, ex-Ministro da Guerra de Getúlio, da coligação PSD-PTB é eleito presidente da República com o apoio do ex-ditador. Mais uma vez, seguindo a velha tradição de conciliação do país, as transições política se dão sem maiores sobressaltos para elite política. Os antigos políticos na sua maioria apoiadores e beneficiários da Ditadura Estado-Novista se disfarçam de democratas e continuam à frente das estruturas de poder.

Mas classe trabalhadora urbana torna-se, no pós-guerra, um ator decisivo no cenário



político nacional, fruto da aceleração industrial e urbana do país. Depois de anos de repressão política e arrocho salarial determinado pelo “esforço de guerra”, os trabalhadores assumem um protagonismo social e político que só será interrompido pela força da repressão com a ditadura militar.

As greves de massa que começam a fazer parte da paisagem das lutas sociais do país no pós-guerra se tornaram cada vez mais frequentes ao longo dos anos 50 e 60. O Presidente Dutra ao tomar posse em fevereiro de 1946 já no seu primeiro dia de mandato teve que lidar com a greve nacional dos bancários que recebeu a adesão de trabalhadores de várias categorias. Essa greve correspondeu, em termos políticos, à greve dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema em 1980, pois teve um efeito aglutinador sobre a classe trabalhadora, cujas demandas estavam represadas ao longo de toda a ditadura Vargas.

Os pelegos que estavam alojados nos sindicatos como interventores sob o manto protetor da ditadura varguista vão perdendo cada vez mais espaço para os militantes de esquerda, especialmente, os comunistas. O PCB rapidamente assume a hegemonia política sobre o movimento operário. Apesar de uma postura vacilante em relação às greves e às manifestações de protestos de cunho mais radical, os comunistas, pressionados por suas bases, vão assumindo a direção das greves

e das organizações operárias. A resposta do governo Dutra às mobilizações operárias e ao crescimento do PCB não tardou a chegar. Em maio de 1947, o governo, com forte apoio do empresariado, e dos partidos conservadores, decreta intervenção em mais de 100 sindicatos e coloca o Partido Comunista Brasileiro na ilegalidade. Mais uma vez a elite brasileira demonstra a sua intolerância em lidar com capacidade de mobilização e organização das classes populares na democracia.

Depois de exauridas todas as possibilidades de reverter a decisão das autoridades, o PCB parte para um linha de confrontação com o governos Dutra, desta feita, chamado de Governo de Traição Nacional pelos comunistas. No plano sindical a direção do PCB irá orientar suas bases para criação dos sindicatos paralelos como forma de combater a estrutura oficial e derrotar os pelegos. Foi o chamado período do “sindicalismo Vermelho” e das “greves de gancho” ou “greves de apito”.

Com o segundo governo de Vargas em 1950, os sindicatos voltam a ter maior participação dos militantes de esquerda e de setores do trabalhismo ligados aos líderes mais progressistas do PTB, como Jango Goulart e Leonel Brizola. As greves de massa se reiniciam por todo o Brasil nos anos 50, uma das mais conhecidas foi a “Greve dos 300 mil”, ocorrida entres os meses de março e abril de 1953. Essa greve foi comandada pelos sindicatos dos



Têxteis, Metalúrgicos, Marceneiros, gráficos e Vidreiros de São Paulo, rapidamente se alastrou pelo ABC e pelos Municípios vizinhos da Capital. AS principais reivindicações dos grevistas eram: aumento salarial de 60%, estabilidade no emprego e exigência de medidas do governo para controle dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Já nos seus primeiros dias, a greve recebeu a adesão de inúmeras categorias, além disso, a paralisação contou com a simpatia de parte da população paulistana, incluindo muitos comerciantes que colocavam cartazes de apoio à greve nos seus respectivos estabelecimentos. Outro aspecto pouco comum dessa greve, foi a solidariedade e apoio de vereadores e deputados que denunciaram a violência policial e forneceram ajuda material e política ao movimento. A greve foi marcada por forte presença das mulheres no cotidiano da luta. Elas estavam presentes nas comissões de fábrica, nas manifestações, nas assembleias, inclusive nos grandes piquetes que reuniam centenas de trabalhadores.

O saldo da greve foi extremamente positivo do ponto de vista político e organizativo. Essa greve marcou um ponto de virada na retomada das lutas operárias e sindicais que a partir desse marco inaugura um processo de ascensão das lutas que prosseguirá até 1964. Do ponto de vista organizativo, foram as comissões de fábrica que deram a tônica ao movimento e partir de então estarão presentes nas categorias mais atuantes do sindicalismo do período. Foi criado também

o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), entidade que será responsável por várias mobilizações nos períodos seguintes.

Entre os dias 15 e 25 de outubro de 1957 ocorre outra greve de grandes proporções que ocupa as manchetes dos jornais. A “greve dos 400 mil” como passou a ser chamada mostrou com contornos mais definidos os sinais de um novo tempo. Um tempo em que o sindicalismo passa a desempenhar um papel cada vez mais atuante na conjuntura política nacional evidenciando a expansão de sua capacidade de pressão sobre o patronato e sobre a classe política.

Os primeiros anos da década de 1960 foram marcados por uma efervescência extraordinária do movimento sindical que conquistou a cena política de forma definitiva. Esse dinamismo se mostrou vigoroso sob diversos aspectos. Primeiro pela difusão de organizações intersindicais de caráter horizontal, proibidas oficialmente tais como: Comissão Permanente das organizações Sindicais (CPOS), que articulava sindicatos do antigo Distrito Federal; o Pacto de Unidade e Ação (PUA), que reunia trabalhadores do setor de transporte como ferroviários e portuários; o Fórum Sindical de Debates (FSD), que reunia os sindicatos da Cidade de Santos; o Pacto de Ação Conjunta (PAC) e finalmente o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que se tornou a maior expressão das intersindicais do período e centro dinamizador das mobilizações



sindicais desde a sua criação.

Também no campo, os anos a 60 foram de intensas mobilizações e conflitos com os latifundiários. Na década anterior começa a ocorrer uma intensa modificação na estrutura econômica e social do campo com a mecanização da agricultura através da difusão do uso do trator e a expansão das rodovias, que num contexto de industrialização e urbanização acelerada que gerou demandas para abastecimento das grandes cidades valorizando os produtos agrícolas. Esse processo acarretou a expulsão de milhões de camponeses pequenos proprietários, arrendatários, meeiros, foreiros, etc. Em Pernambuco, por exemplo, o rompimento dessas relações, com a negação da concessão de terras para o plantio (sítio), ou por um aumento considerado abusivo do foro, gerou o primeiro conflito que chegou a conhecimento público no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão. A resistência desses trabalhadores, que pouco tempo depois teve como importante aliado o advogado Francisco Julião, recém-eleito deputado estadual em Pernambuco, deu origem às ligas camponesas, que foram uma das mais importantes organizações de camponeses que lutavam pela reforma agrária nos anos 50 e 60.

As lutas por salários e direitos também mobilizou os assalariados do campo nos anos 50 e 60. As principais reivindicações dos trabalhadores eram: carteira profissional,

jornada de oito horas, pagamento de horas extras, férias remuneradas, salário mínimo, pagamento em dinheiro e não em gêneros, descanso semanal remunerado, direito à sindicalização. Como se pode notar, a CLT não era extensiva aos trabalhadores do campo, assim como, não era permitido o direito de se organizarem através de sindicatos. O direito à sindicalização só será conquistado em 1962, no governo de João Goulart.

A riqueza desse período interrompido brutalmente pelo golpe militar foi extraordinário. É nessa conjuntura “que se desenvolveram as primeiras experiências mais abrangentes de organização dos trabalhadores do campo e em que, através de um complexo processo político, suas reivindicações imediatas se articulam com as demandas amplas que colocavam em questão determinadas formas de exercício do poder, das quais o latifúndio era o maior símbolo”. (MEDEIROS, 1989, P. 79)

Esse período foi marcado pela ofensiva dos setores de esquerda (especialmente os comunistas) e nacionalistas para dentro da estrutura sindical o oficial, o que resultou na conquista por parte desses setores das quatro confederações de trabalhadores das seis existentes até então, tais como: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (CONTEC); Confederação Nacional dos Trabalhadores



Marítimos, Fluviais e Aeronáuticos (CNTMFA) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Dessa forma, o movimento sindical estava amplamente dominado por setores de esquerda e nacionalista, tanto dentro, como fora, do campo da legalidade instituída. Comunistas e nacionalistas serão os principais entusiastas e mobilizadores da sociedade em torno das reformas de base.

As greves de massa serão frequentemente acionadas nas reivindicações econômicas, mas serão as greves políticas que terão mais repercussão nacional numa conjuntura de extrema polarização política entre esquerda e direita como ocorreu no Brasil nos primeiros anos da década de 60. Em agosto de 1961, o movimento sindical progressista e de esquerda se engaja na luta pela legalidade, logo após a renúncia de Jânio Quadros 1961, os militares se recusaram a dar posse a João Goulart vice-presidente, que estava em visita oficial a China. A campanha pela posse de Jango, ficou conhecida como campanha pela legalidade e se espalhou por todo o Brasil. O movimento sindical liderado por comunistas e nacionalistas jogou um peso fundamental.

O período compreendido entre 1961 e 1963 foi marcado por um crescente conflito dos interesses de classe, à medida que a crise econômica provocava maior polarização

política. Devido a isso, as greves de massa eram geralmente convocadas em apoio ao governo de Goulart, em troca de decretos que aumentavam o salário mínimo e do acesso às esferas de tomada de decisão do governo. Nesse sentido, o modelo de atividade grevista sugere que as greves de massa não eram simples instrumentos da luta pelo poder, mas também um meio de obterem proveitos econômicos para os trabalhadores através de decretos governamentais.

A greve dos 700 mil, ocorrida em setembro de 1963, quando a temperatura política do país já estava bastante alta, parece corroborar com as afirmações acima. Articulando 79 sindicatos e quatro federações, o Pacto de Ação Conjunta (PAC), pretendia avançar nas campanhas salariais e também se ver reconhecido como interlocutor da FIESP. Apesar de toda ofensiva repressiva e desmobilizadora dos patrões, os grevistas só concordaram em retornar ao trabalho quando a Comissão de Greve negociou um acordo válido para os 700 mil trabalhadores, independentemente dos acordos em separado.

A conjuntura dos primeiros anos da década de 60 do século passado que combinou lutas sindicais tanto “por dentro”, como “por fora”, da estrutura sindical se caracterizou com um dos momentos mais vibrantes da história do sindicalismo e da política brasileira, momento esse, em que a sociedade se polarizou em torno de dois projetos de sociedade. De um



Trabalhadores rurais. Paraíba, s.d.
(Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Voz da Unidade, foto 2540)

lado, as forças reacionárias que queriam a superação da crise econômica sem alterar a estrutura social do país, ou seja, um capitalismo selvagem concentrador de renda e dependente dos países centrais. Por outro lado, as forças democráticas e populares preconizavam um modelo de desenvolvimento domesticado pelos valores modernos da igualdade social e da radicalização da democracia através da participação política do povo consciente de seus direitos e politicamente ativo.

O desfecho conservador desse embate social consolidado com o golpe civil-militar de 1964 impediu que os trabalhadores e

os setores democráticos e progressistas da sociedade tivessem seu esforço recompensado politicamente. A derrota de 1964, porém, não deve nos induzir a conclusões precipitadas no sentido de minimizar ou subestimar o esforço empreendido pelos trabalhadores e suas organizações e nem deixarmos de reconhecer que a agenda de lutas e de reivindicações desses trabalhadores continua ainda muito atual nos dias de hoje, embora já tenha transcorrido mais de quarenta anos daquela conjuntura política. Talvez esta constatação nos dê a devida dimensão do quão foi trágico para a sociedade brasileira o desfecho daquelas lutas.



Para saber mais:

- **COSTA**, Hélio da. *Em busca da memória – comissões de fábrica, partidos e sindicatos no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995.
- **DELGADO**, Lucília e **FRREIRA**, Jorge. *O Brasil republicano. o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.
- **DELGADO**. Lucília. *O Comando Geral dos Trabalhadores*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- **FERREIRA**, Jorge. *O imaginário trabalhista – getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- **FORTES**, Alexandre et al (org). *Na luta por direitos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- **GIANOTTI**, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda. 2007.
- **MEDEIROS**, Leonilde S. de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- **SILVA**, Fernando Teixeira da Silva. *A carga e a Culpa*. São Paulo: Hucitec, 1995.

O significado do Golpe Civil-militar de 1964

A Ditadura Militar instaurada no Brasil com o Golpe de 1964 foi a maior tragédia política da república brasileira ao interromper um notável ciclo de lutas e mobilizações dos trabalhadores e da sociedade em geral comprometida com a construção de uma nação mais justa e mais

democrática. O desfecho da crise política e econômica, como já dissemos, foi conservador e golpista e, desta forma, com o advento da Ditadura as forças progressistas saíram derrotas e o país perdeu a oportunidade de conciliar desenvolvimento econômico, democracia



e participação popular na perspectiva de construção de uma sociedade de direitos interrompendo nossa trajetória histórica caracterizada por uma sociedade de privilégios. As perdas para a sociedade brasileira foram imensuráveis e suas consequências ainda se fazem sentir nos dias de hoje, pois:

“O autoritarismo plutocrático fechou o espaço público, abastardou a educação e fincou o predomínio esmagador da cultura de massa. Sua obra destrutiva não se resumiu, pois, à deformação da sociedade brasileira pela extrema desigualdade. Legou-nos, também, uma herança de miséria moral, de pobreza espiritual e de despolitização da vida social. Eis a base de uma verdadeira tragédia histórica que se enraizou nas profundezas da alma de várias gerações.” (Mello e Novais, 1998, p. 636/37).

Como era de se esperar, as consequências do Golpe Militar para o movimento sindical combativo e para os trabalhadores em geral foram terríveis. O sindicalismo foi duramente reprimido com prisões e perseguições às lideranças sindicais, como foi o caso dos dirigentes do CGT. No primeiro ano após o golpe, ocorreram 452 intervenções em sindicatos e em várias federações e confederações de trabalhadores. A repressão atingiu, tanto os sindicatos rurais, como os urbanos. As greves foram proibidas através da promulgação da Lei nº 4330 de 1º de junho de 1964. A greve para ser considerada

legal deveria ser aprovada na assembleia da categoria convocada pelo sindicato oficial por meio de edital publicado na imprensa com dez dias de antecedência. As decisões tinham que ser submetidas à votação secreta, cabendo a apuração dos votos a uma mesa presidida por membro do Ministério Público do Trabalho ou por pessoa designada pelo Procurador Geral do Trabalho ou pelos procuradores regionais. A cumplicidade e a troca de favores entre empresários e a repressão policial teve um efeito devastador sobre a militância que resistia nos locais de trabalho, especialmente a partir de 1968 quando se intensificou a repressão do regime. Também no campo a colaboração entre latifundiários e repressão ocasionou perseguição e assassinato de várias lideranças dos sindicatos rurais e das ligas camponesas.

A classe trabalhadora sentiu logo os efeitos da política econômica imposta pelos militares através do fim da estabilidade no emprego com a implantação do FGTS e com adoção de uma rígida política de arrocho salarial. A Lei nº 4.725 de 13 de julho de 1965, chamada pelos dirigentes sindicais como “Lei do Arrocho”, que impunha uma única regra de reajuste para todos os setores da economia. Os reajustes eram calculados a partir da recomposição do salário médio dos últimos 24 meses, extinguindo o resíduo inflacionário e incorporando uma taxa de produtividade somente a partir de um ano de vigência da lei. Marco Antonio de Oliveira,



(2002: 184) observa que não foi necessária uma ampla reforma trabalhista para que a Ditadura reforçasse o poder das empresas sobre os trabalhadores:

“Bloqueada a atividade sindical, as empresas ficaram mais livres para estabelecer as condições de contratação, uso e remuneração da força de trabalho. Amparados pela política salarial, que reduziu o poder de compra do salário mínimo e que passou a coibir aumentos salariais, os patrões deixaram de enfrentar maiores obstáculos para rebaixar os salários. Livres também da estabilidade no emprego, eles podiam apelar mais facilmente à rotatividade de mão de obra para manter os salários baixos, para ajustar seus custos às oscilações da atividade econômica e para adequar o quadro perfil dos trabalhadores às necessidades das empresas”.

Dessa forma, continuávamos nossa trajetória de desigualdade social, pois o modelo de desenvolvimento desenhado pelos militares e pela elite empresarial não visava ao conjunto da nação. O espetacular crescimento econômico ocorrido no período do chamado “Milagre Econômico” (1968-1974) não gerou distribuição de riqueza capaz de mudar o perfil social do nosso país, pelo contrário, concentrou ainda mais a riqueza.

O movimento sindical resistiu dentro dos limites colocados pela conjuntura política. Os militantes menos conhecidos e, portanto, menos expostos à repressão policial, assumiram

o trabalho de organizar a resistência dos trabalhadores nos locais de trabalho e também de organizar as oposições sindicais contra os interventores sindicais.

Também estiveram à frente de muitas greves que pipocavam devido à conjuntura recessiva e de arrocho salarial posta em prática logo após o golpe militar que gerava frequentes atrasos nos salários.

Em São Paulo, como consequência desse processo de mobilização, em 1967, foi organizado o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA). Em abril de 1968, no município de Contagem, Minas Gerais, eclode a greve dos metalúrgicos. Os grevistas reivindicavam 25% de aumento, e conquistaram 10% depois de uma semana de greve. No mês seguinte foi a vez dos metalúrgicos do ABC paulista. Em maio algumas montadoras paralisaram suas atividades como a Willys e Chrysler reivindicando 25% de aumento.

No mesmo ano, no mês de julho, ocorreu a greve dos metalúrgicos de Osasco, município da grande São Paulo. Na direção do movimento estavam o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, cuja direção havia sido conquistada em 1967 pela oposição que organizou uma chapa contra os “pelegos” interventores. A greve foi duramente reprimida e desencadeou um processo ainda mais intenso de repressão ao movimento sindical, comandada pelo Ministro do Trabalho, o coronel Jarbas Passarinho.



Para saber mais:

- **DELGADO**, Lucília e **FERREIRA**, Jorge. *O Brasil republicano. O tempo da ditadura*. vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.
- **GIANOTTI**, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda. 2007.
- **MELLO**, João Manuel C. de. & **NOVAIS**, Fernando. A. "Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna". In: **SCHWARCZ**, Lilia M. (org.) *História da Vida Privada*. Vol 4. São Paulo: Cia das Letras. 1998.
- **OLIVEIRA**, Marco Antonio de. *Política trabalhista e relações de trabalho no Brasil - da era Vargas ao governo FHC*. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Unicamp, 2002.
- **TOLEDO**, Caio Navarro de (org). *1964 – Visões Críticas do Golpe*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- **REIS**, Daniel Aarão; **RIDENTI**, Marcelo e **MOTTA**, Rodrigo P. S. *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004.



EXPEDIENTE

DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DA CUT – 2009/2012

Presidente: Artur Henrique da Silva Santos
Sind. Trab. Ind. de Energia Elétrica de Campinas – SP

Vice-Presidente: José Lopez Feijóo
Sind. Trab. Ind. Metalúrgicas do ABC – SP

Secretário Geral: Quintino Marques Severo
Sind. Trab. Ind. Metalúrgicas de São Leopoldo – RS

Secretário de Administração e Finanças: Vagner Freitas de Moraes
Sind. dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região – SP

Secretária de Comunicação: Rosane Bertotti
Sind. Trab. Agricultura Familiar de Xanxerê – SC

Secretário de Política Sindical e Organização: Jacy Afonso de Melo
Sind. dos Bancários de Brasília – DF

Secretário de Relações Internacionais: João Antônio Felício
APEOESP – Sind. dos Professores do Ensino Oficial do Estado de SP

Secretária de Relações do Trabalho: Denise Motta Dau
Sind. Saúde - Sind. dos Serv. Pub. em Saúde do Estado de SP

Secretário de Formação: José Celestino Lourenço (Tino)
SIND-UTE – Sind. Único dos Trab. em Educação do Estado de MG

Secretária sobre a Mulher Trabalhadora: Rosane da Silva
Sind. dos Sapateiros de Ivoti – RS

Secretário de Políticas Sociais: Expedito Solaney P. de Magalhães
Sind. dos Bancários do Estado de PE

Secretário da Saúde do Trabalhador: Manoel Messias N. Melo
SINDPD – Sind. dos Trab. em Informática do Estado de PE

Secretária da Juventude: Rosana Sousa de Deus
Sind. Trab. Ind. Quím. Farmacêuticas Plásticos e Similares de SP

Secretária de Meio Ambiente: Carmen Helena Ferreira Foro
Sind. Trab. Rurais de Igarapé-Miri – PA

Secretária de Combate ao Racismo: Maria Julia Reis Nogueira
Sind. Trab. Pub. Fed. da Saúde e Previdência do Est. do MA

Diretor Executivo: Julio Turra Filho
SINPRO - Sind. dos Professores do ABC – SP

Diretora Executiva: Elisângela dos Santos Araújo
Sind. Trab. Rurais de São Domingos – BA

Diretor Executivo: Adeilson Ribeiro Telles
SEPE -Sind. Est. dos Profissionais da Educação do Estado do RJ (Oposição)

Diretor Executivo: Rogério Batista Pantoja
Sind. Trab. Ind. Urbanas – AP

Diretor Executivo: Dary Beck Filho
Sind. Trab. Ind. Dest. Refin. de Petróleo do Est. do RS (Oposição)

Diretora Executiva: Junéia Martins Batista
Sind. dos Servidores Públicos Municipais de SP

Diretor Executivo: Valeir Ertle
Sind. dos Empregados no Comércio de Florianópolis

Diretor Executivo: Aparecido Donizeti da Silva
Sind. Trab. Ind. Químicas Farmacêuticas Plásticos e Similares de Santo André

Diretor Executivo: Jasseir Alves Fernandes
Sind. dos trab. Rurais de Lúna e Irupi – ES

Diretor Executivo: Antonio Lisboa Amâncio do Vale
Sind. dos Professores do Distrito Federal

Diretor Executivo: Pedro Armengol de Souza
Sind. dos Servidores Públicos Federais do Piauí

Diretor Executivo: Shakespeare Martins de Jesus (Sheik)
Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem – MG

